



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Lidinês de Carvalho Pinto

**O CONTEXTO DA LUTA DE CLASSES NA EDUCAÇÃO: Análise das
Greves da Educação Superior Pública no período entre 1980 a 2019 em âmbito
nacional e na UFOP.**

MARIANA- MG

2019

Lidinês de Carvalho Pinto

O CONTEXTO DA LUTA DE CLASSES NA EDUCAÇÃO: Análise das Greves da Educação Superior Pública no período entre 1980 a 2019 em âmbito nacional e na UFOP.

Trabalho de Conclusão de Curso- TCC Apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto- UFOP.

Orientadora: Kathiúça Bertollo.

MARIANA-MG

2019

P659c Pinto, Lidinês de Carvalho.
O contexto da luta de classes na educação [manuscrito]: análise das greves da educação superior pública no período entre 1980 a 2019 em âmbito nacional e na UFOP / Lidinês de Carvalho Pinto. - 2019.

83f.: Fotos.

Orientadora: Profª. Drª. Kathiúça Bertollo.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Ensino superior - Pesquisa - Brasil - Teses. 2. Universidade Federal de Ouro Preto - Teses. 3. Conflito social - Teses. 4. Greves e lockouts - Serviços públicos - Teses. I. Bertollo, Kathiúça. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

Catálogo: ficha.sisbin@ufop.edu.brCDU: 323.4(81)



FOLHA DE APROVAÇÃO

Lidínês de Carvalho Pinto

O CONTEXTO DA LUTA DE CLASSES NA EDUCAÇÃO: Análise das Greves da Educação Superior Pública no período entre 1980 a 2019 em âmbito nacional e na UFOP.

Membros da banca

Kathiuça Bertollo - Dra. Serviço Social - UFOP

Rodrigo Fernandes Ribeiro - Dr. Serviço Social - UFOP

André Monteiro Mayer - Dr. Serviço Social - UFOP

Heloisa Helena Pereira - Bacharel em História - UFSC

Versão final

Aprovado em 28 de novembro de 2019

De acordo

Kathiuça Bertollo

Professor (a) Orientador (a)



Documento assinado eletronicamente por **Kathiuça Bertollo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/12/2019, às 19:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0028623** e o código CRC **5C6CB4A4**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.204026/2019-31

SEI nº
0028623

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

AGRADECIMENTOS

Seria hipocrisia não iniciar agradecendo a Deus, que me acompanhou durante toda esta caminhada, sendo meu refúgio nos momentos em que tudo parecia ser difícil suportar.

A meus pais José e Luzia, meus sinceros e eternos agradecimentos, não só por este período em que deram total apoio e sempre fizeram o que podiam por mim, mas também pelo que fizeram para que eu chegasse até aqui. Desde as tantas manhãs acordadas para ajudar-me a preparar para ir para a escola, as inúmeras tarefas, as presenças nas reuniões escolares, a preocupação com a assiduidade, e acima de tudo: por sempre darem fundamental importância aos meus estudos. Neste momento vejo que as dificuldades encontradas no ensino (público) fundamental e médio ainda permanecem aqui, no entanto, hoje consigo vê-las de forma diferente, pois antes era a matemática que não conseguia aprender, agora vejo o quão complexa é esta sociedade capitalista, em suas múltiplas determinações, que nos faz refletir e almejar um novo horizonte societário.

Aos meus irmãos Leandro e Leidiane, meus sinceros agradecimentos por toda nossa caminhada. Leandro, você também fez parte deste processo desde o acompanhamento no ensino primário. Leidiane, você me inspira a lutar por uma universidade pública de qualidade, e pela garantia da inserção e permanência de estudantes pobres na Universidade, saiba que luto por você estar aqui um dia.

Aos meus avós, José e Francisca, Nelson e Maria, obrigada por tudo. Aos tios e tias, primos e primas, padrinhos e madrinhas, afilhadas, vocês foram e são meu suporte.

Ao meu noivo e futuro esposo Marcelo, lhe agradeço infinitamente. Em tantas reclamações, indignações e estresse, você foi meu apoio. Agora, posso dizer com muita tranquilidade, que esta conquista é nossa!

As amigas, sem vocês também não teria sido possível. Angélica, Amanda, Cíntia, Rakelly e Verônica, vocês foram minha família aqui. Foram suporte em todos os momentos e vibraram comigo nas conquistas, meu muito obrigada. Também as minhas clientes, que contribuíram e foram ombro amigo neste processo.

Agradeço a minha supervisora de estágio Fabiana, com quem tanto aprendi. Ao setor de transporte por toda paciência e compreensão, aos técnicos administrativos por todo apoio.

A minha orientadora Kathiúça, que tornou este processo mais leve, com toda sua sensatez e humanidade, muito obrigada. Agradeço também a banca examinadora pela contribuição. Aos mestres e doutores desta Universidade que contribuíram neste processo de formação.

Agradeço também a ADUFOP, ASSUFOP, DCE- UFOP, CA- Serviço Social, representantes da APG-UFOP que cada um sob suas condições, contribuiu com esta pesquisa.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo refletir sobre o contexto da luta de classes na Educação Superior Pública Brasileira a partir das greves que ocorreram entre 1980 a 2019 em âmbito nacional e na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Para tanto, explicita que o surgimento da educação superior pública no Brasil foi e é diretamente ligado e condicionado pela dependência latino-americana, sendo considerada como uma “importação europeia”. Essa pesquisa de caráter bibliográfico e documental se dedica a explicitar o movimento sindical e estudantil enquanto estrutura organizativa da categoria docente, dos técnicos administrativos em educação e dos estudantes entre as lutas e conquistas históricas e atuais. Acerca da UFOP explicita desde o surgimento até a configuração atual, instituição de ensino público e de qualidade que agrega diversos cursos de graduação e pós graduação, bem como explicita as estruturas organizativas no contexto da luta: a Associação dos Docentes da UFOP(ADUFOP), o Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos da UFOP (ASSUFOP), e o Diretório Central dos Estudantes da UFOP(DCE/UFOP). Por fim, busca contribuir com a potencialização das lutas pela educação pública, gratuita e de qualidade.

Palavras Chave: Educação Superior Pública, Universidade – UFOP, luta de classe, greves.

ABSTRACT

This study aims to reflect on the context of the class struggle in Brazilian Public Higher Education from the strikes that occurred between 1980 and 2019 nationwide and at the Federal University of Ouro Preto (UFOP). Therefore, it explains that the emergence of public higher education in Brazil was and is directly linked and conditioned by the Latin American dependence, being considered as a "European import". This bibliographic and documentary research is dedicated to clarifying the trade union and student movement as an organizational structure of the teaching category, the administrative technicians in education and the students between the historical and current struggles and achievements. About UFOP explains from the beginning to the current configuration, a public and high quality educational institution that brings together several undergraduate and postgraduate courses, as well as explains the organizational structures in the context of the struggle: the UFOP Teachers Association (ADUFOP), the UFOP Technical-Administrative Workers Union (ASSUFOP), and the UFOP Central Student Directory (DCE / UFOP). Finally, it seeks to contribute to the enhancement of the struggles for free and quality public education.

Keywords: Public Higher Education, University - UFOP, class struggle, strikes.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADUFOP- Associação dos Docentes da UFOP- Seção Sindical

AG- Assembleia Geral

ANDES-SN- Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior-
Sindicato Nacional

ANPG- Associação Nacional de Pós-Graduandos

ANEL- Assembleia Nacional dos Estudantes Livres

APG- Associação de Pós-Graduandos

ASSUFOP- Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos da UFOP

CA- Centro Acadêmico

CAEM- Centro Acadêmico da Escola de Minas

CDEB- Conselho Deliberativo das Entidades de Base

CEFET- Centro Federal de Educação Tecnológica

CF/1988- Constituição Federal de 1988

CLT- Consolidação das Leis do Trabalho

CONEB- Conselho Nacional de Entidades de Base

CONEG- Conselho Nacional de Entidades Gerais

CONUNE- Congresso da União Nacional dos Estudantes

CUT- Central Única dos Trabalhadores

DA- Diretório Acadêmico

DCE- Diretório Central dos estudantes

FIES- Financiamento Estudantil

GEAD- Gratificação Específica de Atividade Docente

GED- Gratificações de Estímulo à Docência

ICSA- Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas

ICEA-Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas

ICHS- Instituto de Ciências Humanas e Sociais

IES- Instituição de Ensino Superior

IFE- Instituto de Formação e Educação

IFRS- Instituto Federal do Rio Grande do Sul

MEC- Ministério da Educação

PEC- Proposta de Emenda à Constituição

PROIFES- Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituição Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico.

PROUNI- Programa Universidade Para Todos

PSTU- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

REFOP- Associação das Repúblicas Federais de Ouro Preto

REMOP- Restaurante da Escola de Minas de Ouro Preto

REUNI- Reestruturação e Expansão das Universidades

SINDOIF- Seção Sindical do ANDES-SN no Instituto Federal do Rio Grande do Sul

SNPG- Sistema Nacional de Pós Graduação

SPF- Servidores Públicos Federais

SINASEFE-IFMG- Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica. Seção Sindical do Instituto Federal de Minas Gerais

SINDCEFET-OP- Seção Sindical do ANDES/SN que representa os docentes de todas as unidades do CEFET-MG

TAES- Técnicos Administrativos em Educação

UFOP- Universidade Federal de Ouro Preto

UNE- União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	08
I - A Educação Superior Pública no Brasil: -----	11
1.1 Considerações sobre o surgimento no Brasil -----	14
1.2 Considerações sobre o panorama contemporâneo-----	21
1.3 Considerações sobre o surgimento e a atual configuração da UFOP-----	27
II- As Lutas de Classe na Educação Superior Pública: considerações sobre o movimento sindical e estudantil na UFOP -----	28
2.1 Movimento sindical na educação e movimento estudantil: um breve panorama nacional-- -----	29
2.1.1 A ADUFOP enquanto organização docente-----	37
2.1.2 O ASSUFOP enquanto organização dos técnicos-----	40
2.1.3 O DCE /UFOP enquanto organização dos estudantes de graduação-----	42
2.1.4 A ANPG enquanto organização dos estudantes de pós-graduação-----	47
III- Análise das Greves da Educação Superior Pública no período entre 1980 a 2019 em âmbito nacional e na UFOP -----	49
3.1 As greves de 1980 a 1985 -----	51
3.2 As greves de 1985 a 1990-----	53
3.3 As greves de 1990 a 1992-----	55
3.4 As greves de 1993 a 1994-----	57
3.5 As greves de 1995 a 2002-----	58
3.6 As greves de 2003 a 2010-----	60
3.7 As greves de 2011 a 2018-----	65
3.8 As greves de 2019-----	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	74

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----75

INTRODUÇÃO

Este estudo possui como intenção compreender o contexto da luta de classes na Educação Superior Pública Brasileira, uma vez que a Educação foi assegurada no artigo 205 da Constituição Federal de 1988 “como direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, mas vem sendo vigorosamente atacada e “engolida” pelo sistema capitalista (BRASIL, 1988).

São vários determinantes desta situação, os quais interferem diretamente na democratização do ensino. Seja pela chamada “importação” do modelo educacional europeu, o qual não se adequa na realidade brasileira, na interferência do capital, pelos interesses do Estado/ Governo, pela indução da mídia, entre outros. A educação desde seu surgimento até a configuração atual passou por diversas mudanças, ora avanços, ora retrocessos, ora lutas mais intensas ora recuamento. Um fator determinante é o papel fundamental da educação para o desenvolvimento do ser humano, sendo mais que legítima a defesa da Educação Superior Pública, e a recusa da mercantilização do conhecimento. Além disso, por ser o Brasil um país de capitalismo dependente, a educação também se fundamenta em semelhante dependência, sendo que:

O padrão dependente de educação superior expressa, neste sentido, o papel deste nível de educação nos países da periferia do capitalismo: a constituição de um importante campo de exploração lucrativa para os setores privados brasileiros e internacionais, a transmissão e adaptação de conhecimentos produzidos nos países centrais para formação aligeirada dos trabalhadores e a formação de quadros dirigentes, quando direcionada aos filhos da burguesia. A partir deste quadro analítico, o dilema educacional brasileiro, para Florestan Fernandes, articula os padrões dependentes de desenvolvimento e de educação superior (LIMA, 2019, p.14).

A disputa entre projetos antagônicos de educação e de universidade está posta no nosso dia a dia. “Para os trabalhadores, a educação é um direito conquistado por suas lutas históricas. Para o capital, a educação é um serviço a ser negociado no lucrativo mercado educacional” (LIMA, 2019). A autora afirma também que temos atualmente, novos contornos das lutas de classes no Brasil, tendo em vista que:

Na atual fase da contrarrevolução burguesa, denotando a natureza ultraconservadora da burguesia brasileira e suas ações antissociais e antinacionais de exploração crescente da força de trabalho, de exportação de parte do excedente econômico para

os centros imperialistas, de privilegiamento dos setores privados e de intensificação das desigualdades econômicas, políticas e sociais, pois “a burguesia de uma sociedade capitalista subdesenvolvida concentra o melhor de suas energias, de seu talento e de sua capacidade criadora na luta por sua sobrevivência econômica” (Fernandes, 1968, p. 90 *apud* LIMA, 2019, p.36).

Não temos dúvidas de que para frear alguns “moldes” da educação que não se encaixam na realidade brasileira e latino-americana, foram travadas historicamente fortes lutas e confrontos, como por exemplo, a Reforma de Córdoba. Portanto, busca-se neste trabalho, refletir sobre o contexto da luta de classes na Educação Superior Pública Brasileira a partir das greves que ocorreram entre 1980 a 2019 em âmbito nacional e na UFOP. A partir do período delimitado neste trabalho, apresentamos as lutas das entidades dos docentes, dos técnicos e dos estudantes diante de cortes nas verbas da educação, ameaça dos diferentes governos em transformar as universidades autárquicas em fundações, reforma da previdência e também a reivindicação pelo aumento e reposição salarial e aumento de gratificação, entre outros. Lima (2019, p. 37) aponta que atualmente:

Trabalhadores e estudantes unidos enfrentam o avanço da extrema direita e a condução de seu projeto. As manifestações em defesa da educação pública e contra a contrarreforma da Previdência realizadas nos dias 15 e 30 de maio de 2019, a Greve Geral realizada no dia 14 de junho de 2019 e as manifestações do dia 13 de agosto do corrente ano em defesa da previdência e da educação públicas e denunciando o caráter privatista do Future-se evidenciam que é nas lutas e nas ruas que as forças políticas de resistência e oposição à ofensiva ultraconservadora conduzida pela contrarrevolução se encontram e se fortalecem.

Diante das leituras e debates realizados na disciplina Classes e Movimentos Sociais o interesse em pesquisar e estudar mais sobre os movimentos sociais que atuam no âmbito da Educação Superior foi despertado. Além disso, o lugar de uma estudante pobre, filha da classe trabalhadora, que se inseriu e permaneceu na Universidade até o fim da graduação muito fortemente devido a existência e acesso às bolsas de assistência estudantil e moradia, já diz muito sobre os interesses e reconhecimento da importância do ensino superior público.

Pesquisar sobre as greves nacionais na Educação Superior Pública, relacionando com as greves na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) mostra-se relevante no sentido de identificar os movimentos docentes, estudantes e técnicos desta universidade, bem como suas pautas e ações diante dos governos e seus desmandos e desmontes no âmbito da educação pública em determinados períodos. Construir uma reflexão e debater acerca das conquistas/avanços e da potencialização organizativa dos movimentos sociais e sindicais, assim como, compreender as principais pautas de luta e conquistas das entidades é tarefa urgente para potencializar um movimento cada vez mais articulado.

Acreditamos que este trabalho possa contribuir na potencialização das lutas pela educação pública, gratuita e de qualidade, também ser utilizado como um instrumento de luta e resistência tanto para as entidades representativas dos docentes, dos técnicos administrativos quanto para o movimento estudantil da UFOP.

O presente estudo está alicerçado em uma pesquisa bibliográfica e documental, no qual analisamos autores clássicos da educação, como Florestan Fernandes e Mészáros, revistas do ANDES-SN, entre outros artigos e textos, e também, os documentos sobre as greves na UFOP que foram possíveis resgatar.

No primeiro capítulo é feito um panorama da educação superior pública no Brasil dando ênfase ao seu surgimento, assim como a atual configuração da educação em âmbito nacional e na UFOP.

Dando continuidade, no segundo capítulo, abordamos sobre as lutas de classe na Educação Superior Pública, com considerações sobre o movimento sindical e estudantil na UFOP, evidenciando o contexto de surgimento e atual configuração da UFOP. Para melhor compreender a estrutura organizativa da categoria docente e estudantil, especificamos também a conformação do movimento sindical e estudantil e suas representações nacionais. Por fim, fazemos uma reflexão sobre o contexto da luta de classes na Educação Superior Pública dando ênfase às instâncias organizativas dos docentes (ADUFOP), dos técnicos administrativos (ASSUFOP), e dos estudantes (DCE/UFOP).

O terceiro e último capítulo apresenta breves considerações acerca dos governos entre 1980 a 2019, dando ênfase às reivindicações, conquistas e pautas não garantidas no locais durante o período compreendido entre 1980 a 2019 na UFOP não foi integralmente alcançado, devido a não localização de documentos que nos proporcionasse este estudo e também diante das condições propostas pela pesquisa bibliográfica e documental.

Por fim, nas considerações finais, buscou-se articular as ideias trazidas no trabalho, enfatizando a fundamental importância da luta de classes na Educação Superior Pública Brasileira, através da articulação das entidades de base.

I - A Educação Superior Pública no Brasil

Bambirra (1993, p.58), apoiada nas leituras de Marx, afirma que a educação deve ser um meio de rompimento aos padrões que separam os saberes, possibilitando aos homens o conhecimento e desmistificação, ela “não pode ser apenas método para intensificar a produção social, mas também como o método único que permite produzir homens plenamente desenvolvidos. A autora também enfatiza que o Marx “sugere que cada pessoa deve ter o direito de desenvolver sua compreensão mais ampla possível da sociedade, através do acesso aberto ao ensino científico, tecnológico e cultural da sua época”. (BAMBIRRA, 1993 p.58).

Assim como Bambirra e Marx, o sociólogo Florestan Fernandes, grande pensador sobre a educação, enfatiza como é imprescindível o acesso da mesma por todas e todos, sem exclusão:

Não há futuro para o Brasil se a educação não for um valor social compartilhado por todos. Devemos ter mesmo a convicção básica de que a educação é a alavanca do crescimento econômico, de expansão da democracia e da universalização da cidadania. Por isso, lutar pela educação, e não contra ela, criar conceitos positivos, e não negativos, vem a ser a tarefa de todos nós [...] Não adianta afirmar que temos progenitores que foram dedicados à educação. O que temos é que realizar o salto qualitativo exigido pela educação de hoje, que está em grande atraso, não só em relação ao que fizemos no passado, mas, principalmente, com o que deveríamos fazer segundo o exemplo de outros povos contemporâneos ainda mais pobres do que Brasil [...], entendemos que a educação é um valor básico na sociedade brasileira (CÂMARA FEDERAL DO BRASIL *apud* Coutinho & Nascimento, 2018).

Tendo em vista a divisão de classes na sociedade capitalista e o restrito acesso das classes não possuidoras dos meios de produção, a educação superior pública é idealizada como um bem público e formador cultural a partir da “construção de sentidos nos processos formativos e na produção de conhecimentos universitários para além dos interesses particulares”. (MAFFEI & GENRO 2019, p.24)

Desta forma, sendo a educação, fundamental para o desenvolvimento do ser humano, é evidente a importância da educação superior pública, como processo contínuo de formação do ser humano. Fernandes (1975) salienta que o ensino superior brasileiro é marcado nitidamente pela característica “ultra elitista”, tendo em vista que apenas uma mínima parcela de estudantes consegue chegar ao ensino superior. O autor salienta que:

em virtude da predominância dos interesses econômicos, sociais e políticos de elites culturais ralas e egoístas, o ensino superior foi praticamente confinado à função de preparar profissionais liberais. Sua diferenciação e expansão ficaram contidas, mesmo depois da revolução de 1930 e do crescimento acelerado recente da rede escolar, pela pressão da procura de pessoal de nível superior. (FERNANDES, 1975, p.48)

Além do caráter elitista da educação superior brasileira, a composição racial da população no ensino demonstra também uma expressiva desigualdade, o que aponta que o ensino superior não se adaptou às necessidades da sociedade brasileira. Segundo o autor supracitado, “a desigualdade assume um teor extremo na distribuição das oportunidades educacionais, com implicações sociopáticas irretorquíveis ao nível do ensino superior”, isso se comprova no censo de 1950, o qual aponta que dos 11% da população negra brasileira, apenas 0,28 % possuem diploma de ensino superior. (FERNANDES, 1975 *apud* Censo de 1950).

No que tange a intervenção Estatal diante das particularidades brasileiras, houve imparcialidade. Fernandes (1975) relata que após a Primeira República e até mesmo os governos posteriores à revolução de 1930 os estabelecimentos de ensino superior cresceram ou multiplicaram-se, contudo, o modelo de ensino permaneceu o mesmo (elitista). De acordo com o autor, essas instituições não foram pensadas a partir da realidade da sociedade, e com a neutralidade do Estado, o que possibilitou às classes dominantes usarem os recursos designados à educação para favorecer seus interesses próprios. Diante das afirmações é notável, portanto, que a prioridade não é adotar o ensino às “necessidades educacionais” apresentadas, mas sim garantir os interesses das “classes privilegiadas educacionalmente”. (FERNANDES, 1975, p.52)

Como citado, apesar do crescimento considerável do ensino superior durante o regime republicano, acontecia que os mesmos grupos sociais que lutavam por uma ampliação das oportunidades e acesso à educação, “se opunham com tenacidade à democratização propriamente dita do ensino”, é evidente então que a democratização do ensino e a equidade não foram defendidas. (FERNANDES, 1975, p. 142). Além disso, é notório que o Brasil “aceita os requisitos educacionais e culturais da civilização industrial a partir de uma situação dependente crônica, aparentemente desejável aos olhos dos círculos empresariais e conservadores” (FERNANDES, 1975, p.132).

Fernandes (1975) destacava ainda nas primeiras décadas do século XX que eram nítidos os resultados de pesquisas e análise de dados sobre o número de pessoas que

dependiam do acesso ao ensino superior público. No entanto, estes dados não explicam por si só a necessidade de garantia do ensino superior gratuito, pois “em termos de democratização, a exigência mínima deveria ser aquela que permitisse neutralizar os efeitos da concentração social das oportunidades de ensino superior nas classes médias e altas”. (FERNANDES, 1975, p.140).

De acordo com o autor supracitado, a luta pela efetivação da Educação Superior Pública vai além de defender “apenas” a equidade e justiça social, pois o fundamental é a garantia da democracia, de efetivas oportunidades e de uma política educacional que seja pensada não só para algumas classes sociais, mas para a sociedade de forma geral, principalmente “exigindo que a reconstrução da universidade se processe sem destruir as conquistas anteriores” (FERNANDES, 1975, p. 153). Para a efetivação desses objetivos é necessário provocar na sociedade “uma nova concepção da condição humana, de sua situação social e de seu futuro”, através de uma conscientização de seus interesses educacionais. (FERNANDES, 1975, p.141)

Procuramos nas linhas anteriores demonstrar e descrever uma concepção de educação e educação superior pública que defendemos ser necessária à sociedade brasileira. Como vimos, a Educação é um processo e dispõe de possibilidades de promoção e desenvolvimento do ser humano, assim como viabilização da criticidade e desalienação dos sujeitos. Fernandes (1975) entende que a Educação Superior Pública possui uma característica ultraelitista, o que provoca uma insuficiência do ensino em atender as particularidades brasileiras, que são fatores predominantes e nos dizem muito sobre a educação superior pública no Brasil. Diante disso, é possível refletir sobre os moldes da sociedade onde a Educação Superior Pública se instaura, considerando que no capitalismo, os interesses são voltados diretamente para a produção e acumulação por parte dos proprietários dos meios de produção.

Mészáros (2008) contribui com este debate em seu livro “A Educação para Além do Capital”, no qual explica a necessidade de romper com a lógica incorrigível e irreformável do capital para permitir a criação de novas alternativas educacionais. O autor enfatiza que durante o desenvolvimento do capitalismo a educação sofre consequências dessa lógica, sendo que apesar de haver alterações de acordo com a época, não há um rompimento de fato. Assim sendo, Mészáros (2008, p.35) continua:

É por isso que hoje o sentido da mudança educacional radical não pode ser senão o rasgar da camisa de força na lógica incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consciente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito.

Coutinho e Nascimento (2018, p. 45), num artigo da Revista Universidade e Sociedade, mencionam a fala de Mézaros na Conferência de Abertura do Fórum Mundial de Educação realizado em 2004, na qual, o filósofo destaca que “educação não é um negócio, é criação [...] e ela não deve qualificar para o mercado, mas para a vida, [...] a educação não é mercadoria”.

É notório, portanto, a afirmação e reafirmação da urgência em romper com este modelo capitalista que visa apenas o lucro e a acumulação e não enxerga os potenciais e as capacidades dos trabalhadores. Sistema que, com o intuito de explorar cada vez mais a força de trabalho, investe em alternativas educacionais estratégicas para alienar estes sujeitos. Sendo assim, Coutinho e Nascimento (2018, p. 46) reafirmam a partir da fala de Mézaros que ao contrário da educação nos moldes capitalistas, “a educação libertadora teria como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, age e usa a palavra como arma para transformar a realidade”.

Costa e Lima (2018, p.62) através da leitura de Silva Jr. E Sguissardi (2001, p.178) também enfatizam que “o ensino superior tornou-se uma relevante estratégia de reprodução e ampliação da classe média, importante mercado consumidor no modelo de desenvolvimento econômico associado ao capital internacional e fonte de legitimidade do regime militar-autoritário”. Sendo assim, a partir dos apontamentos e contribuições feitas pelos autores citados acima, fica evidente mais uma vez que a legitimidade pela defesa da Educação Superior como bem público, pois a mercantilização do conhecimento é meta do capitalismo.

1.1 Considerações do seu surgimento no Brasil

Após explanar brevemente sobre a educação superior pública no Brasil e compreender suas principais características, nota-se a legitimidade das reivindicações por um ensino superior público com uma identidade própria que atenda as demandas da

sociedade em geral e não seja uma imposição de modelos importados da Europa, que não suprem as necessidades e particularidades brasileiras.

A primeira instituição de Ensino Superior Brasileiro surge no Brasil no século XIX com a chegada dos portugueses no Brasil para atender os mesmos, sendo somente a partir do século XX que, imbricado em uma série de contradições próprias da ordem burguesa, “o governo brasileiro começa um processo de tímidas medidas nacionais no campo da educação” (LIMA, D. ;LIMA, R., 2019, p.49/50).

Além de ser marcada por traços de um país de capitalismo dependente, é explícito que na Educação Superior Brasileira não há dependência apenas econômica, mas também cultural e social. Como esclarece Fernandes (1975, p. 72):

herdamos da colonização portuguesa, da sociedade senhorial e escravista, e da oligarquia da I República, níveis ínfimos de aspiração educacional, a propensão a bloquear a democratização do ensino e a concepção de que o ensino superior constitui um privilégio das elites das “classes possuidoras”.

A existência de raízes europeias na formação da universidade brasileira é de extrema relevância para alcançar uma percepção do surgimento do ensino superior no Brasil, assim como o seu desenvolvimento no decorrer dos anos. Buscaremos então, apreender mais detalhadamente em qual contexto surge à universidade brasileira e porque se dá essa dependência.

O Brasil é um país de capitalismo periférico marcado pela colonização europeia. Tais colonizadores veem a princípio neste território uma grande oportunidade de extração da madeira “pau-brasil” e posteriormente tem os interesses ampliados em extrair minério, gêneros alimentícios e metais preciosos, o que desencadeou o tráfico de africanos e a escravidão nas terras brasileiras. Passados séculos de uma sociabilizada conformada sobre estas relações, o Brasil e a América Latina de forma geral se constituíram sob e a partir de relações pautadas na relação de subordinação e dependência dos países de capitalismo central.

Segundo Marini (1973), a América Latina se constitui em sintonia com o capitalismo internacional, “permitindo o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentando o sistema manufatureiro e propiciando caminho para a grande indústria” através da exportação de suas riquezas: os metais e gêneros exóticos. Dessa forma, a dependência latino-americana se desdobrou inicialmente através da subordinação à Inglaterra, no qual os países periféricos por não possuírem maquinários suficientes para

produzir as manufaturas, acabavam exportando matéria prima a um preço baixo e importando as manufaturas dos países de capitalismo central a preços altos (MARINI, 1973, p.3).

O autor afirma que a América Latina teve seu papel fundamental na criação da grande indústria, principalmente na oferta de materiais agropecuários, assim como também na viabilização da extração de mais-valia relativa pela economia industrial dos países de capitalismo central. Marini (1973) explicita que os países dependentes se veem numa troca desigual diante das relações de exportação/ importação e da variação da taxa de lucro. Diante disso, com o intuito de recuperar o insucesso da exportação a preços baixos (troca desigual), os capitalistas locais se valem de uma maior exploração da força de trabalho, explicitada prioritariamente pela prolongação da jornada de trabalho, intensificação do trabalho e de pagamento de baixos salários.

Ainda sob a luz do autor, é perceptível que as economias centrais veem nos países periféricos a possibilidade de criar neles mercados para sua indústria pesada, oferecendo aos mesmos os maquinários inferiores e obsoletos quando vão inovar as suas tecnologias. Dessa forma, além de outros elementos, a industrialização na América Latina proporciona uma nova divisão internacional do trabalho, sendo que na sociedade capitalista, a inserção de meios tecnológicos desencadeia na diminuição da demanda por mão de obra e exército industrial de reserva. Marini (1973) destaca que o progresso técnico permite ao capitalista intensificar o trabalho do operário, aumentar a sua produtividade e ainda baixar o valor da remuneração.

Diante de algumas reflexões e apontamentos feitos acerca do chão brasileiro temos um panorama que nos proporciona uma compreensão das principais características da educação superior em sua constituição. Nota-se que a educação superior surge numa relação de dependência aos países de capitalismo central, da mesma forma que o Brasil é dependente economicamente, isto é, esta condição estrutural de dependência econômica que configura o surgimento da educação superior no país. A educação escolarizada enfrenta tamanhas dificuldades, pois “os países não contam com infraestrutura econômica, social e política para promoverem a adaptação de seus sistemas escolares às necessidades educacionais emergentes” (FERNANDES, 1975, p.114).

As desigualdades entre as classes sociais brasileiras demonstram a necessidade de um ensino que dê oportunidades à classe trabalhadora garantindo não somente o acesso, mas também a qualidade e a permanência. Sendo assim, Fernandes (1975, p.109) descreve que:

a Universidade apta para o desenvolvimento não foi nem podia ser herdada dos modelos institucionais que vêm do passado. Ou ela será forjada aqui e agora, sob a previsão das exigências educacionais e culturais do futuro, ou nunca teremos uma universidade brasileira capaz de responder, **por si mesma**, aos requisitos da “civilização industrial” e de atuar, **por si mesma**, como um fator de desenvolvimento acelerado, mas independente.

No que diz respeito à gratuidade do ensino superior, Fernandes (1975) observa um aumento no número de matrículas entre os anos 1960 e 1972, no entanto, não há expansão no acesso, mas apenas um fortalecimento dos privilégios e a formação de profissionais liberais; “um ensino de elite para elite”, pois somente os filhos da elite agrária tinham condições de chegar ao ensino superior. (FERNANDES, 1975, p.41).

Nota-se também a dissemelhança entre o número de matrículas no ensino superior principalmente nas regiões mais ricas, ademais, a inserção de alunos no ensino superior é manifestada prioritariamente nos cursos de Direito, Engenharia e Medicina, além disso, conforme Fernandes (1975), poucos estudantes alcançam a conclusão do curso. Ainda sob a luz do sociólogo, a gratuidade do ensino superior após expandir nos regimes republicanos perpetuou-se como um privilégio social, além do mais, “as oportunidades eram subordinadas às condições econômica, social e política das famílias dos estudantes”. (FERNANDES, 1975, p.133). O autor enfatiza sobre as necessidades educacionais do povo, visto a emergência em abrir as portas da Universidade para a classe trabalhadora, destruindo todas as formas de exclusão e seletividade do ensino. No entanto, durante o Império e a República:

fórmulas arrojadas, de origem e de substância democráticas, davam fundamento material ou legitimidade e disfarçavam a perpetuação de velhos privilégios ou a criação de novos. Um dos itens que cabem nesta categoria é o da gratuidade do ensino (FERNANDES 1975, p.131)

Além desse aspecto de privilégio incorporado na educação superior gratuita, não existiu um legítimo processo de democratização do ensino, visto que “os mesmos círculos sociais que patrocinavam semelhante liberalização das oportunidades educacionais, se opunham com tenacidade à democratização propriamente dita do ensino” (FERNANDES 1975, p.132).

Ao que parece, a distribuição das oportunidades educacionais se vincula de tal forma à preservação e à transmissão da posição social que se incorpora rigidamente às estruturas de poder dos estratos superiores e dominantes das classes médias e altas. [...] Não obstante, a partir da década de 30, a urbanização acelerada e a industrialização intensificaram a desagregação do antigo regime e de sua manifestação mais inflexível, a polarização do ensino superior nas elites das classes dominantes. (FERNANDES, 1975, p.134)

Prossegue o autor,

As classes médias brasileiras não defendiam diretamente, portanto, a monopolização das oportunidades educacionais estratégicas (como fizeram as antigas classes altas tradicionais e suas elites). Mas aceitaram tacitamente a perpetuação indefinida de um estado de monopolização virtual de tais oportunidades educacionais, traficando com as omissões sistemáticas das elites tradicionais em matéria de política educacional. (FERNANDES, 1975, p.136)

Como citado, diante dos interesses das classes médias brasileiras perpassa também as condições que o ensino universitário apresenta para o Brasil, o que confirma a insuficiência do ensino diante das particularidades brasileiras. Ao verificar os dados apresentados pelo autor supracitado, fica explícito o ínfimo número de diplomados quando se trata de negros e mulatos comparado ao número de brancos. Florestan (1975, p.139) aponta que:

a categoria social constituída pelos que se classificam positivamente nas relações da economia de mercado capitalista e no regime de classes sociais compartilha de todas as suas garantias educacionais e das oportunidades de ensino superior. Os demais vivem dentro da sociedade competitiva, mas não contam para ela. Fazem parte da argamassa humana que alimenta o seu funcionamento e o seu crescimento. [...] A questão não seria simplesmente conceder bolsas de estudos aos chamados “estudantes pobres”. Seria necessário despertar, em amplos setores da população, a consciência de seus interesses educacionais, de modo a incluir, em seu horizonte intelectual médio, uma nova concepção de sua condição humana, de sua situação social e do seu futuro (FERNANDES, 1975, p.141)

Diante disso, visto a primordial necessidade de conscientizar a sociedade, é importante não perder de vista as origens do ensino superior brasileiro como demanda da classe burguesa, e faz-se pertinente destacar que “uma visão alienada leva os próprios círculos empresariais a uma estranha alienação”. Isso porque tais parcelas da população não compreendem a importância da nacionalização e de uma autonomia educacional e cultural, e se limitam a educação privada. “A nossa “burguesia nacional” ignora o que a nacionalização do ensino e da pesquisa representa para o seu próprio “poder coletivo” e para o que esse poder deveria significar como meio de autodefesa de uma posição competitiva nacional”. (FERNANDES, 1975, p.141). (FERNANDES, 1975, p.142).

Fernandes (1975) explicita que a gratuidade do ensino superior deve ser defendida com muito cuidado, levando em consideração os diferentes interesses, pois esta reivindicação por si só não proporcionou a democratização do ensino, mas foi utilizada como instrumento de privilégios educacionais. Ainda em consonância com o autor, estes apontamentos não indicam ser a solução extinguir este modelo, mas sim procurar eliminar todas essas raízes que impedem a educação superior pública ser acessível às diversas

camadas da sociedade, prioritariamente às classes subalternas, e não apenas o acesso, mas a garantia de permanência e qualidade de ensino aos estudantes.

Vale ressaltar também o papel da intervenção estatal, seja na captação de recursos, ou mesmo proporcionando oportunidades educacionais através do desenvolvimento cultural e educacional. Fernandes (1975, p. 144-145) sublinha que “no fomento e expansão do ensino oficial e gratuito o Estado conta como uma das principais influências dinâmicas, a longo prazo, da democratização do ensino e da cultura na sociedade brasileira”. Diante das condições dispostas das nações dependentes, sabe-se que o Brasil (entre os outros países latino-americanos) não “foi palco de amplos processos de expansão do ensino e da pesquisa científica ou tecnológica, empreendido, financiado e comercializado pela iniciativa privada”, logo, o Estado é o único aparato que dá suporte ao desenvolvimento educacional (FERNANDES, 1975, p.145).

No entanto, visto o papel fundamental e expressivo da intervenção estatal, nota-se que “o atraso cultural” desencadeado pela situação do Brasil enquanto economia dependente perpassa alguns limites, impossibilitando romper com essa estagnação.

O fundamental consiste no volume de recursos materiais e humanos e, especialmente, na formulação de uma política educacional e cultural balanceada para atingir os fins de interesse nacional. [...] A universidade brasileira precisa ser reorganizada aos níveis do ensino (instituição e expansão do ensino pós-graduado), de pesquisa (fomento de ciência e da tecnologia científica) e da produção de conhecimentos originais (estímulo de investigação criadora e do conhecimento objetivo da realidade). (FERNANDES, 1975, p.147)

Para uma intervenção efetiva na ampliação do ensino superior, Fernandes (1975) destaca a necessidade da pressão da sociedade sob a intervenção estatal, demandando pela pesquisa científica e inovação tecnológica, tendo em vista que enquanto não mudar essa configuração, a classe trabalhadora não terá acesso ao ensino superior gratuito. Dessa maneira, assumindo um papel democrático, o Estado Republicano:

deixaria de comprometer-se (por ação ou omissão) com a concentração das oportunidades educacionais, segundo injunções das classes possuidoras. [...] Quando o Estado deixa de ser uma agência controladora por interesses e desígnios particulares, ele descobre que é impossível “democratizar a educação” ou “acelerar o desenvolvimento da pesquisa científica na universidade” sem introduzir mudanças profundas na própria estrutura societária da distribuição da renda, do prestígio social e do poder (FERNANDES, 1975 p.150).

Para ele, a democratização das oportunidades educacionais ou o desenvolvimento cultural acelerado e autônomo não seriam meros objetivos “ideais”, como argumentos de “semântica política nacional”, mas o substrato de sua existência, continuidade e aperfeiçoamento. (FERNANDES, 1975, p.151)

Contudo, a gratuidade do ensino superior seguida pela “democratização das oportunidades educacionais e culturais” e uma política estatal voltada para atender as demandas de toda a sociedade, sendo asseguradas com qualidade e condições de permanência, são os fatores mais explícitos ao que tange a educação superior pública brasileira (FERNANDES, 1975).

A efetivação da gratuidade no Ensino Superior Público vista diante do alto número de universitários que têm oportunidades de estudo através dela, é perpassada pelos interesses de Governo, o qual não demonstra dar a devida relevância à democratização do ensino. Portanto, não basta lutar-reivindicar apenas por um ensino superior gratuito, sendo que perante a desigualdade social e racial percebe-se o contraste encontrado nas oportunidades de ensino diante dos apontamentos feitos pelo autor supracitado; o que indica a necessidade de uma análise da sociedade para o ensino atender suas demandas. (FLORESTAN, 1975).

Verifica-se então a relação entre o ensino superior gratuito e o Estado, diante da necessidade de intervenção expressiva do Estado, pois a iniciativa privada não assume as mesmas características de ensino público, tendo em vista seus interesses em formar profissionais liberais.

1.2 Considerações sobre o panorama contemporâneo

O direito à educação no Brasil tem sido “naturalmente” transformado em uma simples mercadoria, e essa transformação é constantemente expressa nos ataques que as Universidades Públicas vêm recebendo, pois a intenção é privatizar o ensino superior. No cenário atual acompanhamos o desmonte da Universidade Pública dia após dia, visto as constantes ofensivas que vem sofrendo, muito e prioritariamente desencadeadas pelo Governo brasileiro, que por meio de seus representantes governamentais assumem a perspectiva e os interesses do capital em detrimento dos interesses da classe trabalhadora, que tem a educação pública e de qualidade como uma de suas mais legítimas pautas, bandeiras de luta.

Nesse sentido, é emblemático citar os governos Lula e Dilma, pois explicitam bem o contexto contraditório que mencionamos acima. Nas palavras de Junior e Andrade (2018) houve uma ampliação no acesso à Educação Pública Superior, tendo em vista que foram criadas 18 universidades federais neste período. No entanto, não houve somente conquistas:

Em 2015, durante o governo da presidente Dilma Rousseff, houve um projeto de Lei a fim de aprovar cobranças de mensalidades dos cursos de pós-graduação nas universidades federais, felizmente, não aprovado. (GALINDO, 2015 *apud* JUNIOR e ANDRADE, 2018, p.81).

[...] Na mesma ocasião, houve uma redução de R\$ 1,2 bilhão no orçamento das universidades federais do país (VIEIRA, 2015 *apud* JUNIOR e ANDRADE, 2018, p.81).

[...] De 2014 para cá em termos orçamentários, perdemos 50% dos recursos de capital (para obras e compras de equipamentos) e 20% dos recursos de custeio (manutenção, pagamento de bolsas e despesas básicas) sem contar a inflação. Isso é uma perda nominal; a perda real foi maior do que isso em termos de orçamento. (ANDIFFES, 2017, p.1 *apud* JUNIOR e ANDRADE, 2018, p.82).

Os mesmos autores enfatizam que esses ataques ao Ensino Público passam por oscilações e são construídos ao longo do tempo como estratégia de acumulação de capital. Sendo assim, é evidente como “a educação se edifica a partir de interesses e conveniências que se travam no decorrer da reprodução da existência humana” (JUNIOR e ANDRADE, 2018, p.82).

Ainda em consonância com os autores citados, é importante ressaltar como o capital, por meio da mídia hegemônica vai configurando e instituindo um paradoxo com a formação acadêmica em uma determinada profissão que posteriormente vai possibilitar e requerer que o indivíduo-estudante venda sua força de trabalho. A premissa enfatizada é de que os indivíduos devem ser autônomos e não dependerem da venda de sua força de trabalho, o que neste sentido contribui para o esfacelamento da defesa pela educação pública.

Assim, o discurso neoliberal dissemina a ideia de que o diploma, apesar de importante, não é mais garantia de inserção profissional, uma vez que os empregos formais, com benefícios fixos e garantias trabalhistas, são uma característica do passado e não condizem com o atual avanço tecnológico (JUNIOR; ANDRADE, 2018, p.85/86).

Nota-se, portanto, a desvalorização do ensino superior e a naturalização da precariedade e exploração dos trabalhadores mesmo que sob a premissa do empreendedorismo e da livre iniciativa. Em referência oposta, considerando os marcos legais de garantias de direitos sociais à população brasileira, verifica-se no texto da Constituição Federal (CF) de 1988, nos artigos 205 e 206 que o governo institui a educação

como direito a todos e assegura a igualdade no acesso e permanência nas escolas; liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino e a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais (BRASIL, 1988).

No artigo *Ensino Superior brasileiro: notas sobre sua origem e expansão*, publicado na revista *Universidade e Sociedade*, Amorin, Santos e Novaes (2018) citam o inciso V do artigo 208 da CF 1988, que estabelece o acesso ao ensino superior através da meritocracia/ competência de cada pessoa. Em seguida, os autores problematizam acerca da inserção dos filhos de trabalhadores e burgueses, pois geralmente os primeiros cursam somente o ensino fundamental em escolas públicas e na graduação inserem-se em instituições privadas. Já os filhos dos proprietários dos meios de produção (burgueses), estudam durante o ensino básico, fundamental e médio nas escolas particulares, para assim “garantir” a aprovação e entrada na Universidade Pública.

Diante dessas análises expostas pela Revista do ANDES-SN, a qual traz artigos que proporcionam entender o lugar da Educação no Brasil, é facilitada a compreensão dos avanços/conquistas e também dos desafios que são enfrentados a cada dia. Como visto, primeiramente é “enunciada” a garantia do direito à educação. Sabe-se o quanto é importante essa conquista, no entanto, nos próprios incisos da CF 1988 encontram-se “brechas” à privatização do ensino, ou seja, à mercantilização da educação.

Para explicar melhor este contexto de privatização das Universidades Públicas, Silva (2018, p.100) salienta que a privatização é implementada no Governo de Fernando Henrique Cardoso cumprindo dois objetivos: “reduzir os gastos do orçamento da união, garantindo o pagamento dos juros da dívida externa, e passar para o controle dos monopólios estrangeiros a produção intelectual das universidades do nosso país”. Além do empreendedorismo e da privatização, posteriormente foi criado o chamado “Provão” (Exame Nacional de Cursos) para avaliar o rendimento dos cursos superiores do país, o qual desencadeou o fechamento de diversos cursos de ensino superior público devido à tomada de medidas embasadas na qualidade X “não qualidade” dos cursos que foram avaliados (SILVA, 2018).

Para efetivar a mercantilização do ensino superior, o governo criou em 1999 o Programa de Financiamento do Ensino Superior (FIES), no qual além de incentivar o ensino privado, as instituições privadas que oferecem o financiamento do curso para os alunos

cobram do governo um valor acima do custo real, o que resulta em prejuízo para os cofres públicos (SILVA, 2018, *apud* BENVENUT, 2013).

Com isso, o Estado se abstém da responsabilidade de financiar as IES, e como consequência é desencadeado o corte de investimentos nos Institutos de Ensino Superior, o retrocesso ao número de inserção de novos estudantes, as possibilidades de manter o tripé da Universidade (ensino, pesquisa e extensão) diminuem e é causado o congelamento do salário dos servidores públicos que vendem sua força de trabalho nestas instituições.

É notório o interesse e prioridade do Estado em relação à educação, inclusive em governos que demonstram maior interesse em possibilitar mais fortemente o acesso da classe trabalhadora no ensino superior público. Em 2005, no governo Lula, foi aprovada a Lei 11.096 que instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI), destinado a conceder bolsas parciais ou integrais aos estudantes em IES privadas (SILVA, 2018). Dessa forma, como já mencionado anteriormente, apesar de uma ampliação do acesso ao ensino superior público,

É forçoso reconhecer a ampliação da política neoliberal de cunho privatizante iniciada no governo FHC e as consequências drásticas para a oferta do ensino superior público, atingindo diretamente o trabalhador docente que atua nesse nível de ensino, pois tem seu trabalho intensificado, tanto no setor privado como no setor público, cuja lógica também é o lucro (SILVA, 2018, p.101, *apud* CHAVES, 2015).

Diante dos contingenciamentos de verbas, as Universidades Públicas precisam criar estratégias e formas de manter-se, organizar suas lutas coletivas e a organização da classe trabalhadora contra este projeto ilegítimo de privatização. Todavia, o Ministro da Educação, diante desta situação, diz que “algumas universidades não enfrentam problemas e dificuldades, porque são competentes, capazes e qualificam melhor suas gestões” (SILVA, 2018, p.103).

AMORIM, SANTOS, e NOVAES (2018, p. 162) afirmam que “das diversas políticas destinadas a promoverem o acesso à educação superior, analisou-se o FIES e PROUNI, por serem os programas que mais contribuíram para o processo de mercantilização deste nível de ensino”.

O crescimento do número de IES também evidencia as políticas públicas de ensino superior sendo aderidas ao setor privado, pois em 1998 haviam 882 IES e em 2015 ocorre um salto para 2.364, dentre elas 295 públicas e 2.069 privadas (AMORIM, SANTOS e NOVAES, 2018, *apud* MEC/INEP, 2015).

Observa-se que no ano de 2015, em nível de Brasil, havia cerca de 8.027.297 milhões de alunos matriculados no ensino superior. No tocante, o que preocupa é a supremacia das IES de pequeno porte (faculdades), pois estas atingem cerca de 92% do total (AMORIM, SANTOS e NOVAES, 2018, p.163 *apud* MEC/INEP, 2015). Assim, podemos pressupor que boa parte dos que estão no ensino superior tem recebido uma educação precarizada e fragmentada, já que muitas das faculdades encontram-se em estado crítico quanto ao número de professores e à infraestrutura, entre outros graves problemas. Pensando de outro modo, a diversificação das IES (EAD, pública privado, privado, licenciaturas, etc.), a formação aligeirada e a liberdade de algumas dessas instituições não necessitam articular o ensino com a pesquisa e extensão comprovam a precarização da educação superior (AMORIM, SANTOS e NOVAES, 2018, p.163).

Para reforçar e reafirmar o discurso de democratização do ensino realizado pelo governo através da aderência às políticas que favorecem o capital, a mídia tem importante papel. Costa e Lima (2018) apontam tal fato citando o relatório do Banco Mundial publicado em Novembro de 2017, com o tema: *Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade dos gastos públicos no Brasil*. Segundo o banco, ajustes fiscais das contas públicas eram necessários diante da recessão econômica que o país se encontrava. Dentre as recomendações do Banco Mundial no documento está: a redução dos gastos com a educação superior em 50%; mensalidades nas instituições públicas; afirma que há uma elevação considerável dos gastos nas universidades federais e institutos e que os alunos matriculados em universidades federais custam duas ou três vezes mais caro que os matriculados em instituições privadas (COSTA e LIMA, 2018, p.66 *apud* BANCO MUNDIAL, 2017). Com tal publicação à tona, a partir da análise do Ensino Superior através apenas de dados numéricos e midiáticos, é demonstrado mais uma vez que os interesses são voltados única e prioritariamente ao capital, não pensando na qualidade do ensino, muito menos em torná-lo acessível e gratuito à parcela expressiva da população.

Além do PROUNI e FIES já citados acima, os quais são políticas de apoio e financiamento da educação superior, o governo brasileiro aderiu também ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), para ampliar o acesso à universidade pública. Como meta de expansão da educação superior, em 24 de Abril de 2007 instituiu-se o REUNI através do Decreto N° 6.096. A meta estabelecida pelo programa é a de elevar a taxa de conclusão de curso na graduação.

Para alcançar o objetivo, todas as universidades federais aderiram ao programa e apresentaram ao ministério planos de reestruturação, de acordo com a orientação do Reuni. As ações preveem, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate à evasão (MEC, 2007)

Com a aderência das Universidades Federais ao REUNI, a promessa foi de que seriam aumentadas as possibilidades de receber recursos para custeio e manutenção das Universidades, buscando a garantia do acesso e permanência dos estudantes. No entanto, como tentamos demonstrar nas linhas anteriores, e considerando por nossa condição de estudante em uma universidade pública, inclusive em um curso criado a partir dessa expansão via REUNI, podemos afirmar que só tem aumentado os desafios de garantir a existência da instituição de forma pública, bem como os desafios e dificuldades de os estudantes manterem-se neste espaço. Souza & Martins (2013, p.14), afirmam que “o REUNI alardeado com a possibilidade de ingresso para “os filhos de trabalhadores”, ficou bem conhecido por toda comunidade universitária como programa que amplia as vagas sem o investimento necessário e é condicionado por metas precarizantes”. Na mesma medida, ocorre o aumento do número de faculdades de ensino privado, que não oferecem aos discentes e docentes as mesmas condições de aprendizado e trabalho.

Este sucateamento da Universidade Pública só tem se intensificado, principalmente após o início do Governo do Presidente Jair Bolsonaro. Em maio de 2019, o ANDES-SN publicou uma Carta aberta à Sociedade sobre os Ataques à educação no Brasil, denunciando os ataques a educação por este governo. O sindicato afirma que “com a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro de extrema-direita, cujo interesse é responder aos anseios do grande capital, desqualificando a Educação, reduzindo a formação de “mão-de-obra” em detrimento das múltiplas potencialidades que o ser humano pode desenvolver através do processo educacional”. Além disso, os cortes de verbas e intensificação da precariedade do ensino são ações típicas “de um governo que quer entregar aos empresários, educação do povo brasileiro” (ANDES-SN, 2019, S/P).

Tendo em vista o anúncio do corte de 30% no orçamento das Instituições Federais de Ensino (IFE) no dia 15 de maio de 2019 foi aprovado como um dia nacional de luta em defesa da educação superior pública. O Presidente Jair Bolsonaro, três dias após a mobilização, afirma em entrevista ao jornal Folha que “os estudantes que construíram a mobilização de 15 de maio são “idiotas úteis”, e o movimento era “do pessoalzinho que eu cortei verba”” (SINDOIF, 2019).

Em Junho de 2019, o Ministério da Educação apresenta o Projeto “Future-se”, que de acordo com o ANDES-SN (que desde o primeiro momento coloca-se contrário ao projeto), propõe garantir a "autonomia financeira" das universidades, institutos federais e CEFET via captação de recursos junto ao setor privado, através de fundos de investimento,

parcerias público-privadas e privatização do patrimônio imobiliário das IFE. A gestão passará a ser feita por Organizações Sociais, de caráter privado (ANDES-SN, 2019).

A UNE denuncia o governo Bolsonaro, enfatizando que o mesmo repete o que aconteceu na ditadura Civil-Militar no Brasil, na qual militares portados de metralhadoras e incêndios na sede da União e posteriormente de perseguição, o que resultou em estudantes torturados, mortos e desaparecidos. No entanto, visto o potencial da Organização estudantil, sabemos-reconhecemos que é possível barrar este governo.

As universidades estão fervilhando em prol da democracia e pelos direitos, com assembleias e debates contra o fascismo. Ao contrário do que ele afirma em seus discursos de ódio, esse conjunto de estudantes que se reúne contra o retrocesso e autoritarismo que ele representa, não são exclusivamente apoiadores dos governos petistas. São estudantes que apoiaram os governos Lula e Dilma unificados com os estudantes que tem divergência e fizeram oposição aos governos Lula e Dilma.

São estudantes que defendem a educação pública, gratuita e para todos, ao contrário de Bolsonaro que defende pagamento de mensalidade nas universidades públicas e ensino fundamental à distância. São estudantes que defendem a soberania nacional, ao contrário do candidato que bate continência para a bandeira americana e quer entregar nossas riquezas de bandeja. São estudantes que defendem o Brasil, a nossa democracia e a vida do nosso povo (UNE 2019, S/P).

Sendo assim, diante de Programas aderidos-criados pelo Governo, cortes e mais cortes no ensino público, privatização e precarização, fica evidente a legitimidade das lutas, onde a sociedade, a classe trabalhadora organizada mostra sua força e suas demandas legítimas.

1.3 Considerações sobre o surgimento e a atual configuração da UFOP

De acordo com o Estatuto da Universidade Federal de Ouro Preto em seu Art. 1º: A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), sediada na cidade de Ouro Preto, instituída pelo Decreto-Lei nº 778, de 21 de agosto de 1969, é uma Fundação de direito público multidisciplinarmente organizada, objetivando prover educação superior à sociedade. Sendo assim, a UFOP, de acordo também com as informações retiradas de seu site oficial, se deu a partir da junção das escolas já existentes em Ouro Preto: a Escola de Minas e a Escola de Farmácia. Posteriormente, diante de lutas e conquistas, foi se ampliando e construindo novos cursos e espaços. Utilizaremos fortemente o site oficial da UFOP para descrever este item.

Segundo o site oficial da UFOP, a Escola de Farmácia foi criada em 1839 e é considerada a mais antiga da América Latina na área Farmacêutica, além de ser a primeira faculdade do Estado. Já a Escola de Minas, fundada em 1876 pelo cientista Claude Henri Gorceix é a primeira instituição brasileira dedicada ao ensino de mineração, metalurgia e geologia.

Em 1978 foi criado o curso de Nutrição, porém, a Escola de Nutrição foi fundada somente em 1994, com funcionamento no campus Morro do Cruzeiro. Já em 1979, na cidade de Mariana (MG), teve início o Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS).

Em 2002, a UFOP, no processo de ampliação, inaugurou o campus avançado de João Monlevade-MG, oferecendo os cursos de Sistema de Informação e Engenharia de Produção. Por meio de sua adesão ao Programa REUNI, a UFOP criou mais uma unidade na cidade de Mariana-MG, onde foram abrigados quatro cursos: Administração, Ciências Econômicas, Jornalismo e Serviço Social, que funcionam desde 2008, no Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA). Assim, a estrutura da Universidade de três campi: Campus Morro do Cruzeiro (Ouro Preto), ICHS e ICSA (Mariana) e o Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas (ICEA- João Monlevade) e as Unidades Acadêmicas de cada campus. A partir dessa organização, ocupa uma área total de 150,7 mil m² e vem, desde 1969, superando desafios relativos aos investimentos e adequações físicas, principalmente nas cidades de Ouro Preto e Mariana, que são tombadas pelo Patrimônio Histórico.

A UFOP conta com uma ampla infraestrutura em laboratórios de pesquisa, somando mais de 100 laboratórios nas mais diversas áreas de conhecimento e também o Sistema de Bibliotecas e Informação (SISBIN) que é o órgão da UFOP responsável pela gestão administrativa do acervo e do espaço físico de 12 bibliotecas setoriais.

Acerca do número de cursos, de alunos e trabalhadores, atualmente a UFOP oferece 51 cursos de graduação, sendo 47 presenciais e 04 à distância. Quanto à pós-graduação, são ofertados 24 cursos de mestrado acadêmico e oito profissionais, 15 opções de doutorado e 10 especializações. No total, são mais de 11 mil alunos, cerca de 800 técnicos-administrativos e aproximadamente 900 professores, entre efetivos e substitutos. Ainda de acordo com os dados consultados no site oficial da Universidade, a UFOP possui atualmente 51 cursos presenciais e 11.106 alunos na graduação. Na pós-graduação (Mestrado e Doutorado) são oferecidos 49 cursos para um total de 1.826 alunos.

De acordo com os dados do Portal da Transparência, no ano de 2019, as despesas previstas para a UFOP foram de R\$ 442,65 milhões, tendo sido executadas 344,47 milhões deste orçamento, o que equivale a 0,02 % dos gastos públicos (FEDERAL 2019).

II As Lutas de Classe na Educação Superior Pública: considerações sobre o movimento sindical e estudantil na UFOP

No modo de produção capitalista vigente, a partir da contradição entre o capital e o trabalho, a exploração de uma classe pela outra é determinante e organizadora da sociabilidade. De acordo com Marx, através da interação entre o homem e a natureza (trabalho) para suprir suas necessidades básicas, o primeiro se torna um ser social, e se diferencia dos outros seres pela sua capacidade de planejar a atividade antes de colocá-la em prática, isto é, pela sua capacidade teleológica. No entanto, no modo de produção capitalista, o trabalho perde sua essência e passa a ser um meio de exploração pelos capitalistas, que são os proprietários dos meios de produção (burguesia) e compram a força de trabalho dos que não possuem os meios de produção (proletariado). Acontece que neste processo de compra e venda da força de trabalho, o capitalista se apropria do mais valor criado pelo trabalhador, através da intensificação cada vez maior da jornada de trabalho para aumentar ainda mais seu lucro (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Sendo assim, surgem as classes sociais antagônicas: a burguesia e o proletariado, que são as classes fundamentais do modo de produção capitalista, e as lutas de classes, sejam elas lutas reivindicatórias ou revolucionárias, econômicas ou políticas, sindical ou anticapitalista (MONTAÑO; DURIGUETTO 2010).

Essas lutas de classe dependem: do nível de “consciência de classe”, da organização dos trabalhadores (particularmente em sindicatos e partidos), da definição das táticas e estratégias de lutas, da correlação de forças sociais, do papel do intelectual orgânico, e do partido político (MONTAÑO; DURIGUETTO 2010, p. 116).

Verifica-se que as lutas de classes se originam enquanto confronto de interesses, em diferentes contextos e configurações. Na educação superior pública, decorrem muitos movimentos organizativos, tanto sindicais-trabalhistas, quanto estudantis, que reivindicam uma Universidade gratuita, democrática, com princípios que não sejam os herdados pela colonização europeia.

Neste capítulo traremos elementos e reflexões sobre este contexto em nível nacional, no entanto daremos ênfase ao contexto organizativo na UFOP a fim de avançarmos no entendimento do objeto de estudo deste TCC.

2.1 Movimento sindical na educação e movimento estudantil: um breve panorama nacional.

O processo de formação da classe trabalhadora no Brasil tem origem no período de escravidão, no qual “trabalhadores escravizados e livres partilharam formas de organização e de luta, gerando valores e expectativas comuns, que acabariam tendo uma importância central para momentos posteriores do processo de formação da classe”. Sendo assim, desde a escravidão, a Constituição da República e o início das décadas do século XX, mesmo com o número de indústrias relativamente pequeno e conseqüentemente baixo número de trabalhadores nas fábricas, os trabalhadores já se organizavam procurando reivindicar melhores condições de trabalho. (MATTOS, 2009, p.30).

Desta forma, os grupos de pessoas que trabalhavam nos mesmos ambientes, podiam “compartilhar experiências comuns a partir de condições de vida e de trabalho semelhantes” construindo a formação da classe trabalhadora (MATTOS, 2009, p.37).

A Constituinte de 1934 e o breve período de normalidade constitucional, que segue até o segundo semestre de 1935, marcaram uma segunda fase das relações do Estado com os trabalhadores. Foi o momento das maiores mobilizações sindicais, com crescimento do número de greves e engajamento dos trabalhadores organizados na luta pela democratização do país, representada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) (MATTOS, 2009, p.67).

No entanto, a repressão aos sindicatos era intensificada no período ditatorial. Não obstante, o Ministério do Trabalho tinha o poder de intervir nas unidades sindicais e devido à crise econômica vivida no país, para contê-la era indispensável para o Governo controlar os sindicatos realizando o arrocho salarial (MATTOS, 2009).

Mattos (2009, p. 102), enfatizando a forte repressão aos sindicatos afirma que:

Entre 1964 e 1967, os sindicatos estiveram completamente amordaçados pelas intervenções e pelas perseguições aos militantes mais conhecidos do período anterior. A partir de 1967, o Ministério do Trabalho passou a ter um discurso de liberalização progressiva das atividades sindicais e promoveu eleições em várias entidades. Apesar do controle das candidaturas, em alguns sindicatos, assumiram a direção militantes pouco conhecidos, mas identificados com as comissões por local de trabalho (novas ou sobreviventes ao golpe) e com os partidos de esquerda. Mobilizações operárias e greves, numa conjuntura de avanço da oposição à

ditadura, foram consideradas ameaça ao regime e novas cassações e intervenções ocorreram, esvaziando novamente a representatividade das entidades.

No entanto, apesar da postura repressiva à sua organização, e mesmo diante da coibição aos sindicatos, os trabalhadores se organizavam “clandestinamente” nos ambientes de trabalho, para não retroceder as conquistas e avanços obtidos diante de tantas lutas (MATTOS, 2009).

Hoje está nascendo um sindicalismo novo, sem esperança do governo e sem meios-termos com os patrões. Sindicalismo que vê claro o centro do problema: o problema político, problema de luta de classes [...] A lição fundamental é a seguinte: o sindicalismo novo, verdadeiro, tem que nascer de baixo para cima, da fábrica até a organização das várias fábricas em organização de classe: o sindicato” (citado por Gianotti, V. A liberdade sindical no Brasil, p. 34 *apud* MATTOS, 2009, p. 114/115).

Este “novo sindicalismo”, como afirma Mattos (2009), era necessário, pois romper com a ligação entre o Estado e o Sindicato era o pontapé para uma mobilização consciente dos trabalhadores. Nessa perspectiva o autor resgata uma afirmação de Lula em que o mesmo diz que “a estrutura sindical brasileira não se adapta à realidade (...) é preciso acabar com a contribuição sindical que atrela o sindicato ao Estado, (...) sindicato ideal é aquele que surge espontaneamente, que existe porque o trabalhador exige que ele exista”. (LULA: entrevistas e discursos, p. 45 *apud* MATTOS, 2009, p.119). O autor afirma também que as greves da década de 1980 se apresentaram como unificação da luta dos trabalhadores, incluindo pautas mais amplas em suas bandeiras de luta, tendo desencadeado a maior greve geral da história brasileira, em 1989 em que mais de 20 milhões de trabalhadores estiveram em mobilização por dois dias (MATTOS, 2009).

Ainda considerando as contribuições-reflexões de Mattos (2009, p.132), apontamos que a proposta do “novo sindicalismo” foi frustrada, uma vez que, mesmo após as conquistas adquiridas através da Constituição Federal de 1988, a qual “garantiu o direito de organização dos funcionários públicos, sacramentou a possibilidade de criação de centrais sindicais e, a conquista mais importante, extinguiu o poder de intervenção do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos”, mantiveram-se as bases fundamentais da estrutura sindical corporativista predominando no seio dessa organização da classe trabalhadora.

Diante dessa breve exposição tomando por referência fortemente as contribuições de Mattos (2009), nota-se o quanto a classe trabalhadora e os sindicatos sobreviveram a momentos tão intensos e árduos da história do país, se reerguendo e recuando, na medida do possível e diante das condições impostas. Isso demonstra o poder e a importância da luta de classes na sociedade capitalista que vivemos, a qual cria possibilidades de imediatamente

amenizar a exploração no trabalho e a desumanização causada ao trabalhador, bem como abre possibilidades efetivas de tensionamento e superação da ordem capitalista vigente.

Nesse sentido, consideramos relevante explicitar as contribuições de Antunes (1994) quando o autor destaca que os sindicatos:

Constituem um momento fundamental de organização da classe operária contra as usurpações do capital. Mas a luta sindical é limitada na medida em que é uma luta constante pela melhoria e não diretamente contra o sistema capitalista que gera o sistema de salários. A luta sindical é uma luta contra os efeitos do capitalismo e não contra as suas causas (ANTUNES, 1994, p. 33 *apud* PEREIRA, 2017, p.108).

Lenin (1961) aponta também a necessidade de analisar os sindicatos a partir de suas condições e contradições:

[...] De um lado, seu principal método de ação é a persuasão, a educação; de outro, como participam no poder estatal, não podem negar-se a participar na coação. De um lado, sua principal tarefa é a defesa dos interesses das massas trabalhadoras, no sentido mais direto e próximo da palavra; mas, ao mesmo tempo, não podem renunciar à pressão sendo participantes do poder estatal e construtores da economia nacional em seu conjunto. [...] Estas contradições não são casuais e não poderão ser liquidadas no transcurso de várias dezenas de anos, uma vez que, enquanto subsistam vestígios do capitalismo e da pequena produção, são inevitáveis as contradições em toda a estrutura social entre os vestígios e os albores do socialismo (LENIN 1961, s/p. *apud* PEREIRA, 2017).

Compreende-se que é necessário avaliar criticamente os sindicatos, seus limites de atuação e pautas, mas também não se pode perder de vista a sua importância para a organização das massas, da classe trabalhadora que a partir das longas experiências nos movimentos organizativos busca melhorias para a população (PEREIRA, 2017).

Nestes aspectos destacamos as entidades que lutam pelos direitos dos trabalhadores e pela educação superior pública. Como representação dos professores de ensino superior e ensino básico, técnico e tecnológico no Brasil, surge em 19 de fevereiro de 1981, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES)¹, a qual posteriormente (em novembro de 1988) passa a ser o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN, 2019). De acordo com dados do site oficial do Sindicato, durante o período de regime empresarial-militar, o mesmo procurou vincular a luta docente à dos outros trabalhadores, o que proporcionou reflexões sobre outros temas que não dizem respeito especificamente à educação, e que continua em vigor atualmente.

Ademais, o ANDES-SN mesmo diante da repressão do período ditatorial não deixou de articular-se com a classe trabalhadora. Sendo assim, a defesa do acesso ao ensino superior público e de qualidade, o combate às formas de mercantilização da educação, a luta pela

¹ O ANDES-SN é vinculado a Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas)

unidade da classe trabalhadora no Brasil, são objetivos do ANDES, enquanto propulsores das mobilizações (ANDES-SN, 2019).

Como já citado, os movimentos sociais foram efervescentes neste período, e através do ANDES foi impedida a sumária privatização da universidade, também foi criada uma carreira para as IFES e os servidores públicos conquistaram o direito de se organizar em sindicatos (ANDES-SN, 2013).

A luta do ANDES-SN é pela Universidade Brasileira, pública e gratuita, autônoma, democrática e de qualidade socialmente referenciada. Queremos uma universidade que interaja com toda a sociedade e uma educação que forme os sujeitos históricos para uma transformação radical, que liberte as potencialidades de construção de um espaço social pertencente a homens e mulheres de todas as origens, comprometidos tão somente com o produzir e o partilhar da arte e da cultura, da ciência e da técnica e de todos os saberes erigidos nos limites de sua finitude, mas de alcance universal (ANDES-SN, 2013, p.10).

Ainda em consonância com o site oficial, o Sindicato construiu as propostas para a Universidade Brasileira em constante relação com os trabalhadores e trabalhadoras que lutam por direitos sociais à população do país. Isso se deu a partir das experiências de movimentos sociais que enfrentaram problemas históricos relacionados ao emprego, ao transporte, a terra, à moradia, à educação, à saúde, dentre outras demandas legítimas da classe trabalhadora.

Estruturado de forma autônoma em relação a partidos políticos, o ANDES tem sua estrutura formada pela diretoria nacional, diretorias regionais e seções sindicais, que possuem autonomia financeira, política, patrimonial e administrativas, com regimento geral e diretoria própria. As decisões são deliberadas pela base, que elege democraticamente todos os dirigentes. O sindicato é mantido pela contribuição voluntária de seus sindicalizados, sem taxa sindical compulsória. Além disso, o ANDES-SN conta com quase 70 mil sindicalizados de instituições de ensino superior e institutos de educação básica, técnica e tecnológica e está representado em todo o território nacional pelas suas 121 seções sindicais (ANDES/SN, 2009).

O Sindicato também teve uma participação ativa nas lutas pela redemocratização do Brasil, via movimento denominado 'Diretas já', no início da década de 1980. Em 2005, o ANDES rompe com a Central Única dos trabalhadores - CUT, após o processo de aprovação da Reforma da Previdência, que retirava mais direitos dos trabalhadores. Em seguida o ANDES-SN empreende a campanha contra o projeto de Reforma Universitária do governo federal e suas implicações, tal qual o aumento das parcerias público-privadas dentro das

universidades por meio das fundações ditas de apoio (ANDES-SN, 2009). O ANDES-SN publica periodicamente revistas, folhetos, cadernos, circulares, notas políticas, entre outros, que demonstram de forma política, a “contraposição à ordem e ao instituído na universidade pública brasileira” (PEREIRA, 2017).

No entanto, enquanto reivindicação de alguns docentes surge em 2012 a Federação de Sindicatos e Professores e Professoras de Instituições de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico- PROIFES. De acordo com o site da Federação, o seu advento se dá a partir do anseio dos professores de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) por uma renovação do movimento sindical docente e por uma organização que realmente representasse seus interesses, tanto nos assuntos relativos à carreira, salário e melhores condições de trabalho, quanto na busca por uma educação nacional de qualidade. A entidade afirma construir uma nova forma de organização, contrária à costumeira política de utilizar docentes como massa de manobra para objetivos partidários, e de deflagrar greves como condição preliminar- não como último recurso (FEDERAÇÃO, 2019). A constituição do movimento inicia-se no início dos anos 2000, no qual os docentes envolvidos almejavam construir “novo movimento docente, sem a marca dos partidos políticos e que não tivesse a greve como único instrumento de luta e negociação”. Em sua constituição, um dos primeiros movimentos foi o Fórum de professores das Instituições Federais, quando surge oficialmente o PROIFES, posteriormente se torna Sindicato Nacional do ensino público federal, e em Julho de 2012 se torna Federação. (VÍDEO INSTITUCIONAL PROIFES- FEDERAÇÃO, 2019).

Em notícia publicada pela PROIFES em julho de 2019, a mesma demonstra seu descontentamento com a Seção Sindical do ANDES-SN do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) na Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre –SINDOIF. Esta seção sindical, segundo a Federação, tem procurado reincidentemente, impedir a obtenção de Registro Sindical de todas as entidades nas quais os docentes decidiram abandonar a sua base (ANDES). Ainda de acordo com a notícia, a Federação afirma que a SINDOIF apresentou de forma irresponsável, uma decisão de arquivamento do pedido de registro de um dos sindicatos federados à Federação. Afirmando que a Federação Continua a representar cerca de 30 mil professores de importantes Universidades do país, e continuará firme na defesa das Instituições Federais de Ensino e de uma educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade (FEDERAÇÃO, 2019).

Percebe-se, portanto, um embate uma disputa entre entidades no movimento sindical docente, visto que após décadas de história do movimento docente do ANDES-SN, surge a PROIFES afirmando estabelecer um “novo movimento docente” enquanto órgão representativo dos docentes que expressavam insatisfação com as direções do ANDES-SN.

Já ao que se refere ao contexto organizativo e de resistência estudantil na América Latina é relevante mencionar um marco na história de luta pela educação alinhada aos interesses da classe trabalhadora: a Reforma Universitária de Córdoba, ocorrida em 1918. Os estudantes de todas as universidades da (Argentina), sabendo que a pressão por eles exercida seria fundamental, se juntaram e aderiram à greve em 15 de Junho de 1918, dispondo como exigências: “uma educação sem pretensões e antolhos, que prepare os homens para a vida ao invés de condicioná-los a todos os despotismos” (SOLANO, 2019, p.6).

Em Córdoba, dissonante com as outras universidades do país, a Universidade mantinha uma estrutura e uma pedagogia escolástica, consoante com a época colonial. [...] É nesse cenário que se gesta a luta dos jovens de Córdoba, onde “o movimento reformista ganhou corpo mais exatamente por contrapor-se a uma instituição mais tradicional e distante dos ideários defendidos pelos estudantes” (FREITAS Neto, 2011, p.64 *apud* MAFFEI; GENRO, 2019, p.25).

Diante da luta estudantil, percebeu-se que além das questões acadêmicas, tratava-se de uma essencial transformação no modelo societário da época:

a Reforma de Córdoba rompeu com um modelo institucional europeu profundamente católico e possuiu, sem dúvidas, estatura de marco histórico para as universidades na América Latina, renovando o ensino superior e abrindo espaço para modelos universitários com identidade latino-americana. [...] Questões que ainda hoje acompanham o movimento estudantil começam a ser refletidas na luta centenária de Córdoba. [...] A luta pela autonomia universitária converte-se em soberania latino-americana, ao passo que insistimos em produzir conhecimento e valores capazes de corrigir nossos traços históricos de dependência econômica e subordinação política em relação às potências capitalistas (SOUZA; GODINHO, 2019, p37).

De acordo com Leher (2018), a Reforma de Córdoba (o movimento de 1918) “possibilitou condições de autorreflexão que se materializaram na concepção “latino-americana” de autonomia universitária”, pois os estudantes se insurgem contra “o domínio secular dos medíocres, dos ignorantes, dos incapazes na universidade e que tiranizam e insensibilizam mediocrizando o ensino” (FUC, 1918 *apud* LEHER, 2018, p.141).

O mesmo autor afirma também que o movimento foi manifestado em diversos países, entretanto, em especial no Brasil ainda não existiam Universidades, tendo em vista que a

fundação da Universidade do Rio de Janeiro- URJ² foi apenas em 1920 e suas características propriamente universitárias são firmadas em 1940. Prossegue o autor:

Existem referências a Córdoba desde 1928, mas firmadas por pequeno grupo de estudantes, sem deflagrar um movimento em prol da reforma universitária. Somente com a afirmação do nacional-desenvolvimentismo no final dos anos 1950, as consignas de Córdoba passam a ser conhecidas nos congressos estudantis da União Nacional dos Estudantes (1961) e, sobretudo, no projeto de criação da Universidade de Brasília por Darcy Ribeiro (LEHER, 2018, p.142).

Fazemos referência à Reforma de Córdoba, para evidenciar que em nosso país, o movimento estudantil -considerando que a estrutura de dominação e exploração estrangeira à América Latina é semelhante nos seus diferentes países, tais como Argentina e Brasil- teve um determinante papel na redemocratização do Brasil, sendo que desde o período ditatorial, os estudantes se organizaram junto com a classe operária como resistência aos ataques do regime. Freire (2008) destaca que após o golpe militar, o movimento estudantil se organiza contra o governo quando o mesmo designa a União Nacional dos Estudantes (UNE) como ilegal. A autora aponta também que o Governo Costa e Silva (1967- 1969) foi um período de avanço do processo de institucionalização da ditadura, onde ocorreram as maiores oposições estudantis.

O movimento estudantil realizou nesse período, grande mobilização contra o governo. A organização dos estudantes foi impulsionada nas resistências às demissões arbitrárias de professores e aos limites impostos à autonomia universitária e sua própria organização, tendo como maior exemplo, a extinção da União Nacional dos Estudantes- UNE (FREIRE, 2008, p.136).

Vale ressaltar que as manifestações e lutas do movimento estudantil sofreram intensas repressões, como por exemplo, a morte do estudante Edson Luís Souto que se encontrava na manifestação dentro da Instituição de Ensino em uma manifestação no dia 28 de março de 1968, um batalhão da polícia militar da Guanabara foi ao local e disparou contra os estudantes, matando instantaneamente o mesmo. Como se não bastasse, na celebração religiosa, onde se reuniu cerca de 30.000 pessoas, as mesmas foram atacadas pela polícia ao saírem da Igreja (FREIRE, 2018).

² Em 7 de setembro de 1920, por meio do Decreto nº 14.343, o Presidente Epitácio Pessoa institui a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), considerando oportuno dar execução ao disposto no decreto de 1915(...) Desse modo, a primeira universidade oficial é criada, resultando da justaposição de três escolas tradicionais, sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características. Fonte: (ALBUQUERQUE FÁVERO, 2006)

Conforme a autora, após um grande período de paralização forçada dos movimentos sociais, em 1979, as entidades estudantis voltam a ser reativadas e em 1980 o Movimento Estudantil reergue-se em prol da redemocratização do país. Freire (2008) afirma que já em 1984 os estudantes estavam se mobilizando com a população para uma eleição direta para o Presidente do Brasil, no entanto, o Congresso não legitimou a luta e nomeou posteriormente Tancredo Neves como presidente da República e decidiu que as próximas eleições seriam diretas. Outro marco na luta estudantil foi uma manifestação contra a corrupção do governo, no qual através da articulação de lutas nacionais os estudantes contribuem significativamente para o Impeachment do Presidente da República Fernando Collor de Melo no ano de 1992, com o movimento “Caras Pintadas” (FREIRE, 2018).

Como organização do movimento estudantil, a União Nacional dos Estudantes (UNE) se apresenta como a entidade máxima dos estudantes brasileiros e representa cerca de seis milhões de universitários de todos os 26 Estados e do Distrito Federal. De acordo com o site da entidade, ela funciona como um espaço e um veículo de lutas sociais e bandeiras do movimento estudantil do Brasil, batalha pelo reconhecimento da meia-entrada para atividades culturais e esportivas como um direito de todos os estudantes. Também, reivindica a desmilitarização da polícia, o respeito à diversidade e o fim do genocídio da juventude negra nas periferias urbanas. Ainda, reforça a luta pelo passe livre estudantil, pela reforma política com o fim do financiamento empresarial de campanhas e pela democratização dos meios de comunicação (UNE 2019).

Fundada em 1937, a UNE organiza-se, basicamente, em três instâncias deliberativas: o Conselho Nacional de Entidades de Base (Coneb), que reúne os Diretórios Acadêmicos (DAs) e Centros Acadêmicos (CAs) do Brasil; o Conselho Nacional de Entidades Gerais (Coneg), que agrega os Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) e executivas nacionais de cursos; e o Congresso da UNE (Conune), formado por todas as entidades (UNE, 2019).

Num movimento contestatório à entidade existente, assim como ocorreu com a criação do PROIFES em relação ao ANDES, no movimento estudantil, é fundada a Assembleia Nacional dos estudantes Livres (ANEL), expressando um processo de reorganização do movimento estudantil, ou o “novo movimento estudantil”, no Congresso Nacional dos Estudantes. De acordo com o site do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), a ANEL foi fundada em 2009, organiza nacionalmente as lutas estudantis e, com muita independência e democracia, se fortalece de Norte a Sul do país. Os Congressos Nacionais são realizados a cada dois anos, para votação do programa e plano de

lutas, antecedido por um processo democrático de eleição de delegados. Entre os congressos, as assembleias nacionais e estaduais dão vida às resoluções congressuais, aprovam campanhas e iniciativas da entidade. São as assembleias que decidem quem irá compor as Comissões Executivas da ANEL, que dividem tarefas para concretizar, na realidade, tudo que foi aprovado. Em cada assembleia os membros podem ser revogados (PSTU, 2014).

Neste item procuramos evidenciar elementos e informações sobre a existência e conformação do movimento sindical, docente e estudantil. Percebe-se que há embates internos, divergências políticas e teóricas dentro das organizações representativas-entidades. São criados novos órgãos-representações em contraposição, estas também fazem parte do movimento geral de luta no âmbito da educação. Os avanços e recuos nas pautas reivindicatórias ao que se refere à educação estão inscritos neste contexto e determinados pela forma de produção e reprodução de todos os âmbitos da vida sob os marcos do capitalismo. No próximo item iremos explicar sobre as entidades locais da UFOP.

2.1.1 A ADUFOP enquanto organização docente

“O movimento docente surgiu, floresceu e consolidou-se, pelo que se sabe até hoje, com fortes críticas a todos os governos com os quais conviveu. Houve época em que não se travaram negociações, mas sim verdadeiros enfrentamentos, haja vista certas políticas de desmonte da Universidade Pública, ataque a direitos trabalhistas, medidas para privatização do ensino gratuito, etc.”

Informativo de Greve – ADUFOP n° 16 – 02 de dezembro de 2005

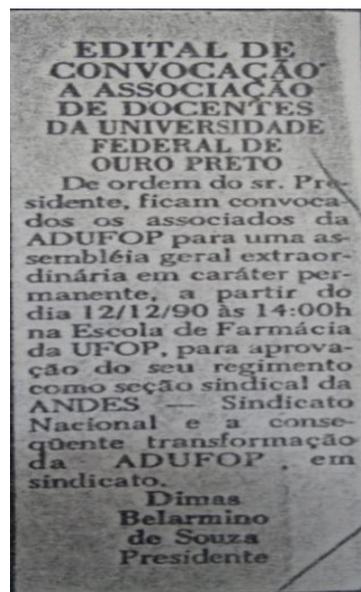


Figura 1- ADUFOP
Fonte: (ADUFOP, 2016)

De acordo com a Ata da 1ª Reunião do Movimento Pro-Associação de Docentes da UFOP realizada no dia 02 de setembro de 1982 iniciou-se a discussão acerca da formação de uma associação de docentes para a Universidade referida. Vale ressaltar que estivera presente nesta reunião o vice-presidente da Regional Leste da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES), que fora convidado para falar o que é esta entidade e como funciona. Na reunião, ficou formada uma comissão Pro-ADUFOP com representantes dos departamentos. A assembleia contou com a participação de 36 docentes. Dois meses depois, ou mais exatamente no dia 04 de novembro de 1982 foi realizada a reunião para aprovação do anteprojeto do Estatuto da Associação dos Docentes, sendo que o mesmo foi aprovado pelos 34 docentes presentes. No dia 09 de agosto de 1983 foi registrado o Estatuto da Associação dos Docentes da UFOP, como órgão representativo da categoria.

Em 30 de novembro de 1990 foi publicada no jornal Estado de Minas uma convocação aos associados da ADUFOP para transformação da mesma em sindicato, conforme mostra a imagem abaixo³.

³ Figura 2- Retirada do Jornal (impresso) Estado de Minas.



Na ata da Assembleia citada acima foi aprovado por unanimidade pelos 119 docentes presentes o Estatuto da entidade, tendo em vista sua transformação em Seção Sindical da ANDES-SN. No dia 06 de março de 1993, como consta no extrato de Ata da Plenária do XII Congresso do ANDES-SN, que tem como uma das pautas a transformação e homologação das Associações de Docentes em seções Sindicais da ANDES-SN, a ADUFOP torna-se uma Seção Sindical do ANDES-SN, (BRASÍLIA, 1993).

De acordo com o site da ADUFOP, a seção sindical atua na defesa dos interesses, direitos e prerrogativas dos docentes da UFOP, e congrega atualmente mais de 750 sindicalizados, entre docentes em atividade e aposentados dos diferentes campus da UFOP em Mariana, Ouro Preto e João Monlevade. A ADUFOP está inserida nas lutas históricas pela emancipação da classe trabalhadora, atuando fortemente em favor da valorização do trabalho docente, pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e na defesa intransigente da universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada (ADUFOP, 2019).

Consta no Artigo 4, Título I, do regimento da Associação, os objetivos da entidade. Dentre eles podemos destacar: organizar sindicalmente os docentes da UFOP, representar os interesses dos associados do ANDES, lutar pelo ensino público e gratuito no Brasil, lutar no sentido de aprimorar a educação no Brasil, defender interesses, direitos e prerrogativas dos docentes da UFOP, entre outros. Além disso, no Título II, são citadas as instancias

deliberativas, sendo a Assembleia Geral, Conselho de Representantes e Diretoria. (ADUFOP, 2019).

A atual gestão da entidade para o biênio 2018-2020 teve sua posse no dia 12 de maio de 2018. A Chapa “ADUFOP de classe de luta” foi eleita em Assembleia através de voto direto, com 196 votos. A chapa eleita afirma que a defesa intransigente e incondicional da classe trabalhadora; da categoria docente da UFOP; e do caráter público da universidade federal, são a frente determinante de luta (ADUFOP, 2018). Explicita-se que o período de mandato da atual gestão encerra-se em maio de 2019.

2.1.2 O ASSUFOP enquanto organização dos técnicos



Figura 3- ASSUFOP
Fonte: (ASUFOP,2019)

A Associação dos Servidores da UFOP (ASSUFOP) foi fundada em 27 de julho de 1983 como órgão de representação da categoria de trabalhadores da Universidade Federal de Ouro Preto e em 1990 transformou-se em Sindicato dos Trabalhadores. Para narrar a história do Sindicato, a ASSUFOP produziu um documentário sobre a sua história intitulado *Entre Lutas e Conquistas*, o qual iremos utilizar para trazer algumas informações da entidade.

Tratando-se de greves e mobilizações, o ASSUFOP afirma ter sido vanguarda na cidade de Ouro Preto, sendo que quando foi fundada agregava os docentes e técnicos administrativos da UFOP. O vídeo já citado acima, aponta que neste período, a Universidade ainda era nova e o país estava sob o regime ditatorial, sendo assim, devido à alta na inflação, foi criado um armazém com um preço mais acessível para “amparar” os

trabalhadores, pois os salários recebidos não serem suficientes para suprir as necessidades básicas e fundamentais, o que deu à associação certo caráter assistencialista⁴. Ainda, de acordo com o documentário, a greve ocorrida em 1985 é considerada um marco na história da UFOP, pois elevou muito o nível de consciência dos trabalhadores e técnicos administrativos. Foi com a greve de 1985 que a ASSUFOP tornou-se uma entidade sindical em que foi construído um estatuto que fora posteriormente aprovado em assembleia com grande participação (DIAB, CALDEIRA, & MARTINS, 2018).

Para realizar as assembleias no período de 1989, a associação afirma ter encontrado alguns impasses devido à reitoria da UFOP ser muito conservadora e não apoiar a movimentação dos trabalhadores, mesmo assim, a associação não paralisou suas movimentações, reivindicações e luta. Como é afirmado no documentário por Ariosvaldo Figueiredo Filho (Presidente ASSUFOP de 1989-1991), a ASSUFOP organizou também ocupações: “teve um momento também, que o Presidente Collor, determinou corte de ponto e a reitoria daqui resolveu implementar, e aí nós dormimos na porta do Setor de RH , para não deixar o pessoal entrar para cortar o ponto” (DIAB, CALDEIRA, & MARTINS, 2018).

Acerca das greves organizadas pela Associação, o documentário afirma que ocorreu no fim do governo José Sarney, no início do governo Collor de Mello e Itamar Franco também. Posteriormente, no governo de Fernando Henrique Cardoso a entidade foi a Brasília muitas vezes a fim de pautar reivindicações diante dos ataques aos servidores públicos, das privatizações desencadeadas pelo governo, do não aumento de salário durante os oito anos de mandato. Na época, ocorreu a movimentação que ficou conhecida com ‘a marcha dos 100 mil’, ou seja, houve uma grande manifestação-mobilização nacional e entidade mais uma vez se fez presente. A entidade afirma que foi uma marcha com muita repressão, bombas de gás, utilização de cachorros contra os manifestantes. Não obstante, houve também uma greve no início do Governo Lula que pautava a contraditoriedade à Reforma da Previdência que o Presidente iniciou ao assumir seu mandato. Ainda, a partir de informações do documentário, o Sindicato afirma ter estado e sido presente em todas as negociações em nível nacional, e que se não fossem as greves realizadas os salários dos servidores seria ainda aquele que o governo se propôs a pagar no início, isso além das outras conquistas que foram possíveis (DIAB, CALDEIRA, & MARTINS, 2018).

⁴ Vale ressaltar que este caráter assistencialista citado no vídeo (“*entre lutas e conquistas*”) e também neste trabalho, se refere ao período em que os trabalhadores passavam por dificuldades em manter-se pelos salários recebidos. É apontado também que foi criado um armazém para vender os mantimentos, o que permaneceu só durante este período (Entre Lutas e Conquistas, 2018).

Atualmente, o ASSUFOP é filiado à Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA-Sindical). Sua estrutura de direção é presidencialista e tem ao todo atualmente 1.119 associados (ASSUFOP, 2019). A representação do Sindicato ASSUFOP encontra-se atualmente pelos diretores e conselheiros fiscais empossados no dia 24 de agosto de 2019 pela chapa única “Consciência e Luta” para o biênio 2019-2021, sob a presidência exercida por Sérgio Geraldo Neves. Vale ressaltar que dentre os 1.115 associados, somente 274 técnico-administrativos da UFOP associados ao ASSUFOP participaram das eleições, sendo a chapa eleita com 248 votos favoráveis. (ASSUFOP, 2019).

Tendo em vista a filiação do ASSUFOP à FASUBRA-Sindical, trazemos alguns dados referentes à federação de acordo com o que encontramos no site oficial da mesma. A Federação reitera a representação dos (as) trabalhadores (as) das IES e das Instituições vinculadas ao ensino de 3º grau, que estejam a ela associadas, totalizando mais de 150 mil trabalhadores. Sendo assim, configura-se como uma entidade sindical democrática, sem caráter religioso ou político-partidário e independente em relação ao Estado, aos patrões e às administrações universitárias (FASUBRA-SINDICAL, 2017)

Ainda fazendo referência ao site da mesma, A FASUBRA Sindical afirma ter como sustentáculo da luta um compromisso de classe, libertário e transformador. Suas pautas perpassam por ações na perspectiva da construção de uma sociedade socialista, mais justa, igualitária e inclusiva e na defesa da educação pública, de qualidade, socialmente comprometida, concretizada cotidianamente, em conjunto com outras Entidades e movimentos sociais, bem como na construção da Universidade Cidadã para os Trabalhadores (FASUBRA-SINDICAL, 2017).

2.1.3 O DCE/UFOP enquanto organização dos estudantes de graduação

“É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...” (Paulo Freire apud DCE, 2019.15)

Referenciamos anteriormente a importância da organização, das reivindicações e da luta estudantil na América Latina e no Brasil. Em âmbito local, ou seja, da UFOP este contexto de organização e luta estudantil não se constituiu de modo diferente ou alheio ao já mencionado acerca do nosso continente e país.

Na UFOP, conforme Machado (2014) apoiado na leitura de Carvalho (1978, p. 147) não é recente que os estudantes se colocam à luta em defesa da educação superior pública, contra a rigidez dos professores, por um sistema de assistência estudantil, por moradia, dentre outras pautas. Sabe-se que as lutas do passado são hoje pilares para a promoção dos movimentos estudantis na Universidade. As imagens abaixo, extraídas do livro: *Entidades Estudantis de Ouro Preto: Trajetórias e Importância* escrito por Machado (2018) demonstram greves dos estudantes da UFOP nos anos 1960 e 1980.



Foto: Greve dos estudantes da Escola de Minas, início dos anos 1960



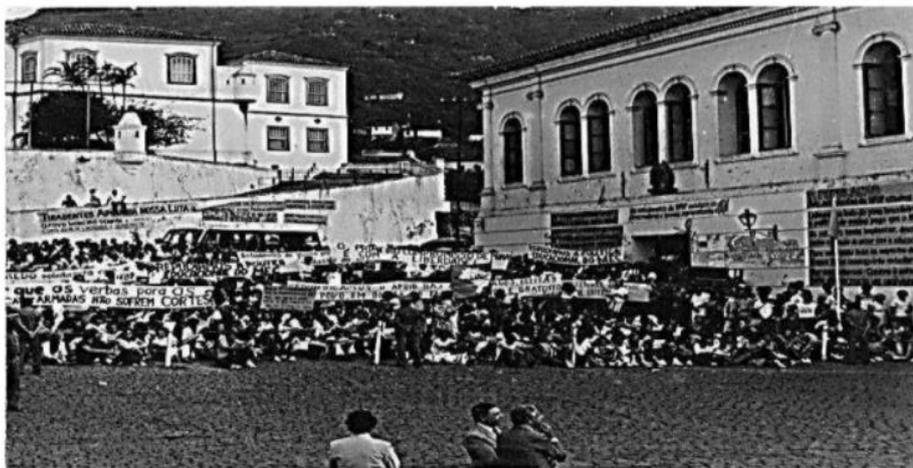
Foto: Faixas dos movimentos estudantis na UFOP nos anos 1980.

De acordo com Machado (2014), o Diretório Central dos estudantes da (DCE) da UFOP nasceu da força do movimento estudantil em Ouro Preto, que tinha como aspecto favorável, o seu peculiar sistema de repúblicas. Com o fim da forte greve estudantil de Ouro Preto, que foi simultânea com a greve nacional, no segundo semestre letivo de 1983, o movimento estudantil ouro-pretano saiu fortalecido, mas apesar do nível interno alto de união dos diretórios e centros acadêmicos, surgia a necessidade de se criar um órgão que representasse o interesse de todos os estudantes de Ouro Preto. E dentro desse contexto de lutas é que foi criado o DCE da UFOP, responsável por representar o corpo discente nas questões de ordem geral, enquanto as questões referentes a cada curso ficavam a cargo de seus respectivos Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos. O DCE inicialmente compôs-se de uma diretoria provisória que confeccionou um anteprojeto, que seria debatido em congresso. Nos congressos eram eleitos delegados de forma proporcional, sendo um delegado para cada 100 estudantes (MACHADO, 2014).

A imagem abaixo, também retirada do livro de Machado (2014), mostra a força do movimento estudantil, ainda em 1980, o que resultou em grandes conquistas históricas dos estudantes de Ouro Preto.



Dentre os movimentos e lutas, o período que mais marcou o movimento estudantil de Ouro Preto foi no ano de 1983, quando os estudantes mantiveram uma das mais longas greves estudantis na UFOP (MACHADO, 2014).



5

Machado (2014) aponta também que o espaço do REMOP-CAEM Restaurante da Escola de Minas de Ouro Preto-REMOP que na época funcionava no prédio do Centro Acadêmico da Escola de Minas (CAEM) foi essencial para as reuniões do movimento estudantil, principalmente para os encontros clandestinos de grupos que resistiam durante a ditadura civil-militar após 1964.

Atualmente é a Gestão ‘Alvorada’ que conduz o DCE desde que assumiu em novembro de 2018. Esta gestão publicou em outubro de 2019 a revista que faz um balanço geral da gestão novembro-2018 a outubro-2019. De acordo com a publicação, o DCE tem o papel de fomentar e articular as entidades de base de forma a termos cada vez mais UNIDADE entre nossas representações da UFOP e a nível estadual (UEE-MG) e também nacional (UNE). O Estatuto vigente do DCE é de 1983, desde a sua fundação, a Gestão atual afirma que ele não se adequa à realidade atual, sendo assim, está em debate e em fase de elaboração uma proposta de novo Estatuto. Este documento seria votado no Congresso Estudantil Estatuante que ocorreria no dia 01 de novembro de 2019, porém o mesmo foi adiado. A atual gestão reitera também, que é necessário edificar o novo estatuto pra conseguir regularizar além dos espaços físicos, uma fonte de geração de renda, entre outros, para um auxílio estável de todas as formas organizativas possíveis do corpo estudantil da UFOP. (DCE, 2019)

⁵Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/0B4ZXHMvwSAJjdGkzYk5hcEd4TWI0SEE1ZDFtSU15VGFid0h3/view>

A atual gestão enfatiza que entre 2016 a outubro de 2018 o DCE ficou sem representação, sendo assim, quando a gestão Alvorada assumiu em novembro de 2018, havia muitas tarefas a serem feitas e/ou retomadas. Desta forma, em defesa da Universidade Pública, já iniciaram articulações com os estudantes, professores e técnicos administrativos da UFOP em dezembro de 2018. Ademais, com o fechamento do REMOP em novembro do mesmo ano, puxou reuniões entre Reitoria e o CAEM buscando resolver a situação, quando descobriu-se que o fechamento se deu porque o CAEM não tinha documentações suficientes para comprovar a propriedade do prédio e a UFOP decidiu não realizar mais um contrato sem isto estar regularizado. Assim sendo, no momento está sendo aguardado o retorno da assessoria jurídica ao CAEM sobre os documentos (DCE, 2019). A revista demonstra também, que a gestão Alvorada foi a responsável pela retomada da integração do movimento estudantil na UFOP, tendo em vista os dois anos sem representação que o movimento estudantil da universidade passou. Compreendendo a importância da valorização da arte local e percebendo a diversidade cultural da região, a Gestão Alvorada construiu o Festival UniverCIDADE, “avançando numa cultura mais popular, valorizando artistas locais e regionais”. Não foi diferente com a exposição "Rompendo os Muros da Universidade", a qual procurou levar informações concretas e fáceis para a população. (DCE, 2019, p. 10).

A atual gestão também afirma ter marcado presença na recepção dos calouros com atividades relacionadas ao machismo, racismo e LGBTFOBIA, e afirma ter retomado a ocupação dos espaços institucionais estabelecendo-se novamente como representação estudantil, realizou também uma campanha no ‘Setembro Amarelo’ em combate ao suicídio (2019).

Ressalta-se que concomitante ao período de finalização de escrita deste TCC, o movimento estudantil da UFOP está em fase de mobilização e campanha eleitoral para a próxima gestão do DCE, com data de votação nos dias 20 e 21 de novembro. Duas chapas concorrem: a chapa ‘Alvorada’ busca a recondução à frente da entidade, e a chapa ‘O futuro exige coragem’ configura-se como de oposição à atual gestão. Posteriormente incluiremos o resultado desta recente e ainda em construção-em realização campanha eleitoral estudantil na UFOP.

Destacamos ainda, que além do DCE-UFOP, existe também o Conselho das Entidades de Base (CDEB), que é formado pelos representantes das entidades de base, ou seja, pelos Centros Acadêmicos (CA’s) e pelos Diretórios Acadêmicos (DA’s). É um espaço

máximo de deliberação estudantil. Geralmente, os CDEB's são organizados pelo DCE, mas essa instância é deliberativa e autônoma.

O Centro Acadêmico é a representação da base estudantil, uma entidade que representa todos os estudantes de um curso e tem como objetivo central levar a voz dos estudantes ao departamento, colegiado, entre outras instâncias. Cabe ao CA, articular com os estudantes do curso para encontrar soluções aos problemas relacionados com professores, conteúdos, currículos, ou questões administrativos, que forem encontrados e demandados pelos estudantes.

Utilizaremos como exemplo a organização do CA de Serviço Social, o qual segundo seus representantes, dispõe de um estatuto que prevê a composição da entidade por no mínimo 8 estudantes e máximo 18, e se houver interesse e ou necessidade, existe a possibilidade de incluir outros estudantes como voluntários. A gestão é anual, podendo haver reeleição.

Geralmente estão vinculados à executivas, as quais são respectivas ao curso. No caso do Serviço Social (citamos por ser o curso ao qual nos vinculamos enquanto discente) o CA está vinculado à Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), e para além da representação estudantil local, também se vinculam a entidades nacionais, visto ser uma articulação com o movimento estudantil nacional.

O CA pode ser organizado por comissões ou por presidente e vice-presidente. A diretoria se reúne toda semana, e a partir dos encaminhamentos; convoca assembleias, atende as demandas coletivas e individuais dos alunos, organiza mesas de discussão políticas, convoca para atos, recepciona os calouros, participa das reuniões de colegiado e departamento.

De acordo com a UNE, o DA se diferencia do CA pelo fato de representar e congrega estudantes de mais de um curso de uma mesma área. O site do Instituto de Ciências Exatas da Universidade Federal de Minas Gerais explica que os Diretórios Acadêmicos são formados, de maneira geral, a partir da associação de estudantes, o que faz com que possam ser classificados, do ponto de vista jurídico, como associações civis. Dentre as diversas funções dos DA's, encontra-se: a organização de atividades acadêmicas extracurriculares como debates, discussões, palestras, semanas temáticas, recepção de calouros e realização de projetos de extensão; encaminhamento, mobilização e organização de reivindicações e ações políticas dos estudantes; mediação de negociações e conflitos individuais e coletivos entre estudantes e a faculdade; realização de atividades culturais

como feiras de livros, festivais diversos, entre outros. Os Diretórios Acadêmicos são formados, de maneira geral, a partir da associação de estudantes, o que faz com que possam ser classificados, do ponto de vista jurídico, como associações civis (UFMG, 2019).

2.1.4 A ANPG enquanto organização dos estudantes de pós-graduação.

Em termos de organização estudantil existe também a Associação Nacional de Pós Graduação (ANPG), que é a entidade representativa dos pós-graduandos brasileiros. De acordo com o site oficial, foi registrada em julho de 1986 , e é fruto da organização do Movimento Nacional de Pós-Graduandos (MNPG). No decorrer da sua existência, elaborou campanhas e formalizou reivindicações com o objetivo de auxiliar os pós-graduandos e defender os seus direitos. Também promoveu a luta em defesa da ciência no final da década de 1980 e percorreu todo o país ajudando a fortalecer o MNPG e para consolidar as Associações de Pós Graduação (APG) em diversas instituições de ensino e pesquisa (ANPG, 2019).

Ainda de acordo com os dados registrados no site, os anos 1990 foram fortemente marcados pela atuação de todo o movimento estudantil na campanha pelo impeachment do Presidente Collor de Mello. Diante disso, a entidade dos pós-graduandos aderiu à resistência aos ideais liberais, defendendo o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e os debates que ajudaram a fortalecer suas demais campanhas. A ANPG acredita no desenvolvimento da pesquisa como alavanca central para o desenvolvimento do país, defendendo que este instrumento é o que garante a soberania da nossa nação. Afirma que vem crescendo sua atuação institucional e nos espaços de participação política, sendo a aprovação dos royalties do Pré-Sal para a Educação e a aprovação do Estatuto da Juventude duas das principais conquistas que contaram com a participação ativa da ANPG (ANPG, 2019).

É notório que o movimento se organiza e conquista espaços e garantias, mas como o site aponta, existe um novo desafio, que se configura na luta pela Valorização da Ciência e dos Pesquisadores. A garantia do desenvolvimento brasileiro depende dos investimentos em pesquisa e produção de novas tecnologias, e para isso é necessário aumentar o investimento nacional, do setor público e do setor privado; em Ciência, Tecnologia, Inovação e no desenvolvimento de novas patentes. Para uma educação de qualidade, esse investimento precisa se reverter em qualidade de pesquisa, através da garantia de direitos à maioria dos pesquisadores desse país, isto é, os estudantes Pós-Graduandos (ANPG, 2019).

A partir destas informações sobre a ANPG é possível compreender a sua importância para a defesa dos direitos dos pós-graduandos. Como já vimos no capítulo anterior, a UFOP oferece atualmente 25 cursos de mestrado acadêmico, 9 cursos de mestrado profissional, 15 opções de doutorado e 09 especializações, com o total de 448 alunos matriculados no doutorado, 1.317 no Mestrado e 236 em especializações (UFOP,2019). Contudo, indo à busca de informações e dados documentais sobre a APG na UFOP, identificou-se que a mesma se encontra “desativada” no momento, pois os pós graduandos que estavam mais à frente do processo de construção de um estatuto para a entidade, finalizaram suas pós-graduações e com isso, conseqüentemente o movimento atenuou-se.

Em uma notícia do site da UFOP há a informação de que em meados de 2012 houve uma articulação para a criação da Associação de Pós-Graduação UFOP (APG-UFOP). Posteriormente, os estudantes convocaram para uma reunião para o dia 15 de Maio de 2012 com as seguintes pautas: 1- convocar as eleições para a diretoria da APG, 2- convocar uma Assembleia Geral onde ocorrerá a fundação da APG, a eleição da primeira gestão e a aprovação do estatuto, 3- discutir estratégias de divulgação para atendermos o maior número de pós-graduandos na Universidade e 4- informe sobre discussões realizadas no Congresso da ANPG (UFOP, 2012).

Após esta publicação, não se localizou mais nenhuma outra que informasse o como está a APG atualmente na UFOP. No entanto, obtivemos informação por meio de diálogos e perguntas feitas a alguns pós-graduandos, de que existe um grupo de alunos representantes de cerca de 06 programas de Pós-Graduação da UFOP, que estão se reunindo para escrever um estatuto da APG e levá-lo para votação. Demarcamos que esta fragilidade organizativa dos estudantes em âmbito da pós-graduação da UFOP é desastrosa. Consideramos que diante dos fortes ataques à pós-graduação o mínimo esperado seria que tal entidade existisse e estivesse, se colocasse na luta juntamente com o movimento estudantil da graduação, com os docentes e com os Técnicos administrativos em educação.

III- Análise das Greves da Educação Superior Pública no período entre 1980 a 2019 em âmbito nacional e na UFOP.

Vimos que os instrumentos de mobilização são fundamentais para avanços, organizações e conquistas da classe trabalhadora, diante dos imperativos do sistema capitalista. Antunes (2011) aponta que com a industrialização no Brasil houve mudanças no mundo do trabalho, na medida em que com a produção voltada para exportação, a privatização e a monopolização da economia,

o Brasil manteve seu caráter de economia dependente. Com isso, no fim da década de 1970 e início da década de 1980, ressurgiam as greves operárias e “vivia-se um momento particularmente forte das lutas sociais de classe”, o qual esteve entre os mais significativos no mundo capitalista. Sejam em greves gerais por categoria, greves com ocupações de fábricas, greves gerais nacionais, cerca de 35 milhões de trabalhadores construíram a mais ampla greve geral do país (ANTUNES, 2011). O sindicalismo também teve uma forte ascensão a partir deste período, “no fim da década de 1980, totalizaram-se 9.833 sindicatos no Brasil, volume que, em meados dos anos 1990, atingiu a casa dos 15.972, incluindo órgãos urbanos e rurais, patronais e de trabalhadores” (ANTUNES, 2011, p. 138).

A greve é um mecanismo de luta da classe trabalhadora, a qual se organiza na maioria das vezes em entidades representativas, para pautar suas reivindicações. Apesar de não ser novidade, muitos setores da sociedade ainda persistem no discurso hostil, na intenção de desmobilizar o movimento, que notoriamente “prejudica” a acumulação de lucro pela burguesia. Além desses fatos serem frequentes no senso comum da população, são também reproduzidos em discursos do atual (2019-2022) Presidente da República, eleito em 2018 com 57,8 milhões de votos (FATO, 2018). Aconteceu que, recentemente, mais precisamente no mês de Julho de 2019, o Presidente, diante da possibilidade de uma nova greve dos caminhoneiros “afirmou que, embora seja um direito de todos, espera que os caminhoneiros não entrem em greve porque atrapalha o Brasil” (GLOBO, 2019). Diante disso, cabe-nos refletir que apesar de o direito de greve ser assegurado no Artigo 9º da CF de 1988, o atual chefe de Estado não reconhece sua importância. Além disso, quando o mesmo se refere a “atrapalhar o Brasil”, é notório que ele está manifestando sua preocupação com a economia brasileira privada, com o abastecimento do comércio e consequentemente lucro dos empresários e comerciantes, entre outros, e não com as pautas e com a luta dos caminhoneiros, como por exemplo, pela redução da carga tributária sobre o diesel, sendo estes trabalhadores, uma categoria que representa forte e expressivamente os ataques que o governo vem fazendo aos mesmos, assim como a classe trabalhadora em geral.

A classe que vende sua força de trabalho em troca de salários, que enfrenta cotidianamente locais de trabalho insalubres, a exploração da sua força de trabalho, permanece na luta reivindicando seus direitos mais elementares uma vez que expressivamente não acessa a cultura e o esporte, não possui uma política pública de saúde e de educação de qualidade, dentre outras demandas. Enquanto isso, a burguesia, ou melhor dizendo, os capitalistas, expropriam e se apropriam do lucro gerado pelos trabalhadores, e os

militares – caracterizando o caráter repressivo do Estado, repreendem qualquer forma de expressão de insatisfação dessa classe.

A Revista *Universidade e Sociedade*, publicada semestralmente pelo ANDES, a qual tem sido usada fortemente neste estudo, publicou em março de 2013 a edição N° 51 intitulada: *Crise, Políticas Públicas e Greves*. Santos (2013, p.9) em seu artigo publicado nesta revista considera que:

No caso brasileiro, as lutas no campo e na cidade, de sem-terras, indígenas, quilombolas, sem-teto, operários, servidores públicos, por meio de ocupações de terras, greves, lutas contra a degradação ambiental, têm sido compreendidas pelos agentes do Estado, do latifúndio, das indústrias e pela mídia, por meio de adjetivos bem próximos daqueles utilizados pelos analistas de segurança nos Estados Unidos e Canadá. E a saída para enfrentar os movimentos sociais tem sido a criminalização e o uso da força policial.

Buscando ampliar as informações acerca das conquistas geradas pelas greves históricas, a Seção Sindical do ANDES-SN que representa os docentes de todas as unidades do CEFET-MG⁶ (SINDCEFET-MG) em questões sindicais e trabalhistas, fez um levantamento das greves que ocorreram entre 1980 a 2015, o qual utilizaremos fortemente neste capítulo, tendo em vista que diante do mesmo foi possível obter um panorama das greves nacionais.

Neste capítulo iremos explicar sobre as principais características e ações dos governos entre os anos 1980 a 2019, com foco nas greves nacionais e na UFOP ocorridas e separadas-organizadas temporalmente a partir dos governos. Selecionamos este período histórico, para procurar entender o período pré-constituente e pós-constituente, visto que a promulgação da CF 1988 foi um marco no Brasil principalmente na redemocratização do país. No entanto, principalmente nos dias atuais, temos enfrentado projetos de governo que cada vez mais querem limitar o acesso dos estudantes à educação superior pública, entre outros direitos, ilegítimando e invalidando alguns artigos da Constituição Federal.

3.1 As greves de 1979 a 1985

João Baptista Figueiredo foi o último ditador presidente e seu governo finalizou o período ditatorial no Brasil. Neste período o país tinha o maior índice de inflação da história, a maior dívida externa do mundo, além de dois anos de crescimento negativo e a renda per

⁶ CEFET-MG: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Maiores informações disponíveis em: <https://www.cefetmg.br/>

capita em queda (GASPARI, 2016 *apud* GUILHERME, 2017). Um dado importante a ressaltar é sobre a transição democrática que o Brasil estava passando neste período, no qual “manteve-se a repressão aos movimentos sociais para direcionar a disputa política apenas às formas já estabelecidas pela institucionalidade autoritária, como as permitidas pela Lei da Anistia e a reforma partidária” (GUILHERME, 2017, p.223).

A Lei da Anistia, que completa 40 anos neste ano de 2019, foi sancionada em 28 de agosto de 1979 por Figueiredo, a qual “nasceu de uma reação da ditadura militar à crescente mobilização social pela anistia dos presos políticos, pelo retorno dos exilados e a responsabilização dos agentes da repressão”. No entanto, como afirma uma recente reportagem do Jornal Brasil de Fato, ao mesmo tempo a lei permitiu que “os torturadores, sequestradores e assassinos de farda jamais fossem julgados” (REINHOLZ, FERREIRA e MARKO, 2019, p. S/P).

Logo no início do Governo de Figueiredo houve várias greves.

observou-se, desde 1978, a eclosão de movimentos grevistas de diversas categorias profissionais, destacando-se, em 1980, a paralisação dos metalúrgicos do ABC paulista, mantida por 41 dias, e que resultou em demissões, choques com as tropas da polícia e do Exército, intervenção em sindicatos, e na prisão e enquadramento de líderes sindicais na Lei de Segurança Nacional (LSN) (BRASILEIRO, 2019).

Na educação, em 1980 ocorreu a primeira greve, onde 19 Universidades Autárquicas e 07 Escolas Isoladas paralisaram suas atividades por 26 dias reivindicando o reajuste salarial, carreira do magistério e eleição direta para reitor e 12% do orçamento para a Educação. Como resultado, conquistaram um aumento salarial de 82,25% para os Servidores Públicos Federais- SPF's (SEDUFMS, 2019).

No ano seguinte (1981) 19 Universidades Autárquicas e 05 Escolas Isoladas fizeram greve por 20 dias reivindicando reposição salarial de 45%, reajuste semestral e enquadramento dos professores colaboradores admitidos após dezembro de 1979. As conquistas foram: reposição salarial de 30% (a partir de janeiro de 1982), absorção dos colaboradores no Plano de Carreira e o recuo do governo em transformar universidades autárquicas em fundações.

Em 1982, 18 Universidades Autárquicas, 03 Escolas Isoladas e Técnicos Administrativos suspenderam suas atividades reivindicando por reposição de 23,8%, reajuste semestral pelo índice da inflação, direitos iguais para estatutários e Celetistas e reestruturação das IFES, com base na proposta do Andes-SN. Dessa vez, conseguiram o

recuo do governo na implantação do ensino pago nas IFES e na transformação das autarquias em fundações.

De acordo com Machado (2014), em 1983 houve uma greve estudantil na UFOP, a qual conseguiu barrar uma série de medidas que iam ao desencontro da garantia da universidade pública, gratuita e de qualidade. Os estudantes tiveram destaque, sendo os artífices do movimento que conquistou na UFOP a garantia da moradia estudantil gratuita, o direito à alimentação subsidiada no próprio REMOP, sem contar que nesse período o movimento estudantil ganhou força com a criação do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

A última greve no governo Figueiredo foi em meados de 1984, , no qual 19 universidades Autárquicas, 08 escolas isoladas e também servidores paralisaram por um período mais extenso, de 84 dias. A reivindicação foi principalmente pela reposição de 64,8% (retroativo janeiro de 1984), mas também pautava um reajuste semestral, em julho de 1984, com base ao índice Nacional de Preços ao Consumidor e garantido por lei; o recebimento do 13º salário para os estatutários e quinquênio para os celetistas; piso salarial de três salários mínimos para os servidores técnico-administrativos e verbas para o pleno funcionamento das IES. A greve se encerrou sem nenhuma conquista, no entanto, em janeiro de 1985 os docentes das autarquias tiveram uma reposição salarial de 20% e tal fato foi interpretado como resultado da greve de 1984.

Neste período de governo, só encontramos dados referentes às greves na UFOP no ano de 1983, tendo em vista que muitos materiais foram perdidos ao longo do tempo, pois utilizavam o fax como meio de comunicação, e isso decorreu na perda de documentos importantes para o sindicato ADUFOP⁷. No ASSUFOP também não encontramos documentos referentes a estes períodos, somente foi fornecido o vídeo “*entre lutas e conquistas*” produzido pelo sindicato,

3.2 As greves de 1985 a 1990

José Sarney, eleito como vice-presidente através da eleição indireta, exerceu a Presidência da República em virtude do falecimento do Presidente Tancredo Neves, sendo o primeiro Governo Civil após o regime Militar.

⁷ A informação sobre a perda dos dados e documentos referentes às greves do período estudado neste trabalho foi dada pela secretaria da ADUFOP.

Guilherme (2017, p.222) aponta que o Governo de José Sarney “editou uma série de planos econômicos na tentativa de conter a hiperinflação, gerar empregos e negociar a dívida externa”, no entanto, não conquistou muito sucesso. O autor explicita também sobre a crise enfrentada pelo Brasil e demais países na década de 80, a chamada crise da “Era de Ouro”, sendo que, além disso, o país também se encontrava em transição para o período democrático.

No segundo ano de Governo, Sarney anuncia o Plano cruzado, cujas principais medidas foram:

1 – reforma monetária que instituiu uma nova moeda, o Cruzado, em substituição ao Cruzeiro, cortando-se três zeros da moeda; 2 – congelamento de preços com base no dia anterior, de salários pela média dos últimos seis meses e da valorizada taxa de câmbio; 3 – “gatilho salarial” que determinava o reajuste automático dos salários quando a inflação oficial atingisse 20% e 4 – criação do seguro desemprego (GUILERME, 2017, p.227).

O autor prossegue afirmando que o Plano Cruzado proporcionou inicialmente um aumento da produção e da taxa de emprego, no entanto, posteriormente veio a prejudicar os trabalhadores devido ao congelamento dos salários, que ocasionou uma disputa entre os setores industrial e comercial, resultando na dificuldade em interromper o movimento de recuperação salarial. Ademais, gerou também a “falta de produtos como carne e leite, o surgimento de uma inflação oculta, excesso de liquidez da moeda, aumento dos gastos públicos com vista às eleições daquele ano” (GUILERME, 2017, p.228).

A posteriori, o Governo lança o Plano Cruzado II, em que “reajustou-se o preço de diversos produtos e serviços, em atendimento à demanda do empresariado, bem como se elevou o IPI, causando forte impacto inflacionário. O “gatilho salarial” foi disparado a apenas 20%, gerando fortes perdas aos trabalhadores” (GUILERME, 2017, p.230). Em 1987 é lançado novamente um Plano, para tentar estabilizar a inflação, reduzir os salários, congelar os preços e reduzir os gastos da União, foi o Plano Bresser, o qual acarretou impactos negativos aos assalariados, conduzindo a uma organização dos sindicatos.

No ano de 1988 é promulgada a sétima Constituição Federal do país, a qual abrange muitas conquistas relacionadas à democracia e ao campo social, se comparada com as edições anteriores desta mesma legislação.

A nova Constituição foi promulgada em 5 de outubro de 1988, tendo sido a mais democrática da história brasileira. A Carta estabeleceu eleições diretas em dois

turnos para presidente, governadores e prefeitos, adotou o presidencialismo como forma de governo, afirmou a independência dos três poderes, restringiu a atuação das forças armadas, estendeu o voto aos analfabetos e maiores de 16 anos, universalizou o direito de greve, entre diversas outras garantias civis, sociais e trabalhistas, deixando lacunas, no entanto, no que se refere à reforma agrária (BRASILEIRO, 2019, S/P).

Apesar de representar um marco na democratização do país e trazer muitas conquistas, é necessário fazer algumas ressalvas:

Elementos autocráticos do Estado burguês foram mantidos, como a possibilidade da edição de Medidas Provisórias pelo Presidente, o direito de as Forças Armadas intervirem na ordem interna e a manutenção dos aparatos de informação e repressão. Para o historiador Lincoln Secco, a aparente contradição de uma Assembleia conservadora criar a “Constituição cidadã” se resolve na análise do contexto da época: “ela estava sob pressão de movimentos sociais e fechando um ciclo ditatorial. Muitos Deputados estavam envergonhados do passado e temerosos do futuro. Mais tarde, a própria direita promoveu a revisão constitucional” (2011: 128 *apud* GUILHERME, 2017, p.238).

Sobre o contexto econômico deste período, Guilherme (2017) aponta a alta na inflação chegando a atingir 980,2 %, da mesma forma o crescimento negativo do PIB em 0,1 %. Posteriormente o governo efetivou outras tentativas com intuito de melhorar a economia e conter a taxa de inflação, dentre elas o autor destaca: utilização do Cruzado Novo como nova moeda, congelamento de preços e salários, extinção de ministérios e demissão de funcionários públicos, aumento da taxa de juros e redução do crédito. Diante disso, todos os setores manifestaram a recusa, visto que “os empresários não congelaram os preços e os sindicatos realizaram greves por todo o país” (GUILHERME, 2017, p.239).

Acerca das greves no Governo de José Sarney, Guilherme (2017, p.222) aponta que “o período compreendido entre março de 1985 e março de 1990 é marcado por milhares de greves dos trabalhadores contra o arrocho salarial ante a forte crise econômica do país, além do maior número de camponeses mortos em conflitos pela terra”.

De acordo com os dados encontrados no site SEDUFMS, na circular N° 127/14 é apontado que em 1985 acontece a primeira greve no governo Sarney, a qual se estende por 84 dias, com a adesão de 19 Universidades Autárquicas, 08 Escolas Isoladas e Servidores. As reivindicações do movimento foram: reposição de 64,8% (retroativo jan. 84), reajuste Semestral, 13° para estatutários, quinquênios para Celetistas e piso de três salários para servidores. A devolutiva do Governo foi à aplicação de um reajuste de 75.06% (a partir de setembro) e também a liberação de Cr\$ 60 bilhões (cruzeiros) para IFES, além da promessa em criar Planos de Cargos garantindo isonomia entre Fundações e Autarquias.

Dois anos posteriores 45 IFES paralisam por 44 dias pela: adoção do Plano de Carreira Única para Docentes, isonomia salarial, aposentadoria integral, verbas para funcionamento das IFES e revogação do decreto que proíbe a contratação de pessoal. O resultado obtido foi: aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei 7.592 criando o Plano Único de - Classificação e Redistribuição de Cargos e Empregos (regulamentada em 87, com nova tabela salarial e efeito retroativo a abril de 1987).

A última greve do governo foi a mais prolongada, na qual 42 IFES, estudantes e servidores reivindicaram por: aumento de OCC/OG em 27,8%, revogação do decreto que proíbe contratações e abertura imediata de Concurso, reajuste mensal, reposição salarial de 34,9%, anuênio de 1% (em substituição ao quinquênio), aposentadoria integral e incorporação da Gratificação de Nível Superior. Como resultados obtiveram a liberação de verba de emergência no valor de Cn\$ 60 milhões (cruzados novos), promessa em liberar suplementação de Cr\$ 453 milhões (cruzados novos), aumento de 40% para 50% sobre o salário base e de 25% para 30% para docentes de 1º e 2º graus das IFES, progressão horizontal de um nível para outro – de 4% para 5%, autorização de contratação de 760 docentes e 1.340 servidores para IFES e o direito à aposentadoria integral.

A respeito das greves na UFOP no período do governo Sarney não foram encontrados dados.

3.3 As greves de 1990 a 1992

Fernando Collor de Melo foi o primeiro Presidente eleito pelo voto popular depois de 25 anos de regime de exceção. Em seu discurso de posse, o Presidente afirma “serem temas centrais de seu governo, a democracia e cidadania; inflação como inimigo maior; reforma do Estado e a modernização econômica; a preocupação ecológica; o desafio da dívida social e a inserção do Brasil nos novos rumos do mundo contemporâneo” (ALMEIDA, 2010, p.27).

Almeida (2010) enfatiza que logo após assumir a posse do Governo, Fernando Collor inicia uma série de reformas, com os eixos: desestatização, desregulamentação e liberação dos preços e salários. Sendo assim, prossegue apontando (2010, p.28), um dia após a posse, o Presidente adota medidas como: cruzeiro volta a ser a moeda oficial; os saques são reduzidos a 50 cruzeiros, ficando o saldo restando retido pelo Banco Central por 19 meses e é proibido o aumento dos preços, entre outros, que caracterizaram um pacote chamado “Plano Collor”.

Com Collor, o governo brasileiro adotou uma orientação claramente neoliberal, iniciando abertura do mercado brasileiro à competição internacional, empreendendo a privatização de empresas estatais, o desmonte do aparelho estatal e de uma política de estabilização econômica voltada para o pagamento da dívida externa e para combater a inflação, com altos custos sociais (OLIVEIRA, BRIDI, & MARCOS, 2014, p.32)

Jr. e Galvão (2012, p.34) afirmam que a política adotada pelo governo Collor entre os anos 1990-1992, “conduziu o país à recessão, à queda da atividade econômica, ao crescimento do desemprego e à desvalorização dos salários; e imobilizou a poupança e os ativos financeiros aplicados pela classe média e por parte das frações burguesas”.

Collor foi eleito com a promessa de “modernizar” o Estado brasileiro, e de acabar com a inflação. No entanto, o primeiro lance dado por esse governo selou a sorte das classes médias: Collor confiscou, com a edição da medida provisória 168, um importante instrumento de defesa das classes médias – a poupança. Isso ativou insatisfações desse setor social em relação ao governo federal (Jr. e Galvão, 2012, p.58).

Consoante com as análises dos autores citados acima, torna-se afirmativo o fato de que as manifestações da década de 1990 foram o reflexo do desemprego em massa e do aumento dos gastos com moradia, alimentação e educação, fatores diretamente ligados e relacionados aos trabalhadores que dependem do emprego/ salário para suprir suas necessidades básicas.

Além das medidas neoliberais, alta na inflação, recessão econômica, entre outras, Faucher (1998, S/P) aponta que devido à corrupção no Governo Collor, o Presidente foi afastado do poder.

Depois de dezoito meses de sua posse, o novo presidente da República foi imobilizado por sua própria incompetência. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito considerou Collor e seus correligionários mais próximos culpados por uma série de acusações de corrupção. Durante a votação da cassação de seu mandato pelo Senado, Collor renunciou, para alívio de toda a nação.

No governo Collor, de apenas dois anos, houve uma greve em 1991, a qual teve a maior duração de todas já citadas neste estudo, sendo que 45 IFES, professores e servidores paralisaram por 107 dias reivindicando: a reposição de 144,88%; incorporação das perdas salariais dos planos Bresser, Verão e Collor – 640,39%; abertura de concurso público; expansão do Quadro de Pessoal; eleição direta para Reitor e a garantia de Repasse para o ANDES das contribuições dos docentes. Os resultados obtidos foram: reajuste aos SPF's de 20%, correção da tabela dos docentes das IFES – variando de 51,8% (auxiliar 1 – 20h) e 77,45% (titular e doutorado), setembro 1991 – docentes conquistam novo reajuste na tabela – 20% (auxiliar 1 – 20h) e 48,8% (titular e doutorado), aumento gratificações por titulação

de 15% para 25% (mestrado); de 25% para 50% (doutorado), gratificação de 12% (especialização), aumento da Gratificação de 50% para 55%.

Sobre as greves na UFOP novamente não foram encontrados registros referentes a este período.

3.4 As greves de 1992 a 1994

Com o “afastamento” de Fernando Collor, Itamar Franco que foi eleito como Vice-Presidente assume a Presidência da República (FAUCHER 1998, S/P). De acordo com o site Biblioteca Presidência da República, em de abril de 1993 foi realizado um plebiscito para escolher a forma e o sistema de governo no Brasil, tendo sido o regime republicano e o sistema presidencialista confirmado pela maioria dos eleitores.

No contexto econômico, o Governo implantou, além do Cruzeiro Real, a Unidade Real de Valor (URV) e o Real no ano de 1994.

Ainda em março foram diminuídas as alíquotas de importação de diversos produtos. Em fevereiro de 1994, apesar das críticas da oposição, o Congresso aprovou o Fundo Social de Emergência (FSE), considerado como essencial para a implementação do programa econômico, uma vez que o governo poderia dispor com autonomia do montante arrecadado para o saneamento da Fazenda Pública Federal.

Em julho, o Real entrou em circulação, cotado acima da moeda norte-americana. O plano promoveu a queda da inflação, e no primeiro trimestre de 1994, a atividade econômica cresceu em proporções comparáveis apenas ao início da década de 1980, verificando-se um grande aumento do consumo, apesar da manutenção das altas taxas de juros. (BRASILEIRO, 2019).

Em 1993 professores e servidores com apoio dos estudantes de 43 IFES constituíram a primeira greve unificada dos Servidores Públicos Federais (SPF's) durante 31 dias. A pauta foi unificada, reivindicando por: uma política salarial, com reajustes mensais, isonomia salarial; recomposição do poder aquisitivo, pagamento dos Passivos Trabalhistas, incorporação de 84,32% do Plano Collor, liberação FGTS, anistia para SPF's punidos em razão das greves, anistia para SPF's punidos em razão das greves. Como resultado obtiveram: a anistia dos servidores em greve, um reajuste de 85% (escalonado), aprovação de política salarial até junho de 1994.

Sobre as greves na UFOP, não foram encontrados documentos referentes.

3.5 As greves de 1995 a 2002

Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi eleito por eleição direta após o governo de Itamar Franco. Em seu primeiro mandato foi aprovada no Senado a emenda que permitia a reeleição

para mandatos do Executivo nos âmbitos federal, estadual e municipal. FHC candidatou-se novamente e foi reeleito, sendo então o primeiro presidente do Brasil a governar por dois mandatos consecutivos (BRASILEIRO, 2019).

Embasado nos estudos de Sallum, Almeida (2010) afirma que já na primeira fase do governo de Cardoso há alterações na relação institucional e patrimonial entre Estado e mercado, o que foi comprovado nas seguintes proposições governamentais:

Estado não cumpriria funções empresariais que seriam transferidas para a iniciativa privada; as finanças deveriam equilibradas; os estímulos diretos às empresas privadas deveriam ser reduzidos; os privilégios para categorias de funcionários, extintos; as funções empresariais do Estado, substituídas por políticas sociais; maior inserção da economia brasileira à economia mundial, principalmente através do MERCOSUL (ALMEIDA, 2010, p.87).

Além disso, com a aprovação de projetos de reforma constitucional e infraconstitucional, o governo se estabeleceu no neoliberalismo e liberal-desenvolvimentismo, tendo como eixo a “valorização cambial e juros elevados, que foram convertidos em instrumentos permanentes de estabilização da economia, principalmente diante de choques externos, como a crise mexicana de 1994, a crise asiática de 1997 e a monetária da Rússia em 1998”. Na mesma proporção, entretanto, foram adotadas outras políticas compensatórias, inclusive uma leve desvalorização real da taxa cambial (ALMEIDA, 2010, p.89).

Almeida (2010), sob a luz dos estudos de Sallun (1999, p.26), aponta que o núcleo duro do governo de FHC era realizar as reformas institucionais. O autor também faz referência às formulações de Antunes, que apontava para o fato de Fernando Henrique demonstrar ser conciliador, mas ao mesmo tempo truculento em sua essência. Nota-se tal fato nas origens da greve dos petroleiros, que facilitou o desvelamento das direções do Governo de Fernando Henrique, pois além da implementação do projeto neoliberal:

Propugnava moderação e vociferou autocratismo e tirania; pregava equanimidade e mostrou-se muito servil para os proprietários do capital e bastante truculento para os que são possuidores do seu trabalho. Defendia o democratismo civil e curvou-se desde logo à tutela militar, indo aqui novamente muito além de Collor, que só ameaçou colocar tanque nas refinarias (ANTUNES, 1995, p.35 *apud* ALMEIDA, 2010, p.103).

Acerca do governo de FHC apontamos que embora tentasse demonstrar que buscava legitimar a equanimidade, é explícito que sua prioridade era atender a burguesia, visto que em seu primeiro governo, alterou as medidas de fiscalização das empresas, para que as mesmas não fossem punidas diante do descumprimento das leis trabalhistas e também de acordos coletivos. (GALVÃO, 2003 *apud* OLIVEIRA, BRIDI, & MARCOS, 2014). Prosseguem os autores:

Em 1998, frente ao crescimento do desemprego, ao descontentamento do empresariado industrial com a política econômica e suas pressões pela *flexibilização* dos direitos trabalhistas, bem como frente à necessidade de atender exigências estabelecidas pelo FMI na negociação de um novo empréstimo o Governo adotou um conjunto de medidas voltadas para a *flexibilização* dos contratos (BRIDI, & MARCOS, 2014, p.32)

Silva (2018) em um artigo publicado na revista ANDES-SN, apresenta os impactos trazidos à Educação diante da austeridade econômica⁸ do Governo de FHC, que considerava as universidades públicas como bens “não exclusivos do Estado”. A autora aponta que com a instalação das crises nas Universidades, o discurso de privatização foi adotado como um método de resolução destes problemas financeiros encarados-vivenciados pelas instituições. Embasada nos estudos de Coggiola (1998, p.41), Silva (2018, p.100) destaca alguns pontos do projeto para as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras durante o Governo de FHC, entre eles destacamos: a privatização das universidades através da cobrança de mensalidades e autonomia financeira da universidade justificada pela falência do “modelo de financiamento das universidades por verbas públicas”. A autora prossegue:

Em síntese, o Governo FHC marcou o início do processo de privatização das universidades, cumprindo dois objetivos: primeiro, reduzir os gastos do orçamento da união, garantindo o pagamento dos juros da dívida externa; e segundo, passar para o controle dos monopólios estrangeiros a produção intelectual das universidades do nosso país (SILVA, 2018, p.100).

Diante dessa breve contextualização do governo, fica visível o quanto as políticas adotadas por FHC deterioraram os direitos da classe trabalhadora e o quanto se retrocedeu no campo da educação pública. Neste contexto, assim como nos outros governos já avaliados, a população não deixou de demonstrar sua insatisfação e nem a sua força, se mobilizando e suspendendo as atividades/produção, isto é, realizando greves.

De acordo com a circular N° 127/14 (SEDUFMS) a primeira greve do governo aconteceu em 1998 e se estendeu por 104 dias, com o apoio de 51 IFES – docentes servidores, e estudantes. As principais reivindicações foram: o reajuste salarial de 48,65%, a recomposição do quadro de docentes das IFES, a ampliação de Vagas e Abertura de concursos para docentes IFES, e a retirada do Programa de Incentivo à Docência. Como resultado, os docentes receberam uma Gratificação de Estímulo à Docência – adicionais de remuneração aos docentes, e as demais pautas não foram acatadas, tendo em vista que o Governo não abriu mão do projeto privatizante e de seguir a cartilha do FMI e do Banco Mundial.

⁸ Austeridade, de acordo com o dicionário da língua portuguesa, significa “rigor teórico no controle de gastos”.

Após dois anos docentes e servidores, com apoio dos alunos de 31 IFES e demais categorias de Servidores Públicos Federais fizeram greve por 87 dias, dessa vez com uma pauta unificada: reposição de 64% e investimentos para o serviço público federal. O movimento então barrou o Projeto de Autonomia do MEC para as Universidades brasileiras, assim como o envio ao Congresso do Projeto de Emprego Público do governo federal.

A última e mais duradoura greve do governo de FHC, perdurou por 108 dias, e se conformou na paralização das atividades em 51 IFES – docentes e servidores, também com apoio dos estudantes. A pauta unificada foi explicitada no ofício 163/2000 enviado ao MEC, e o movimento grevista conquistou como resultado o Assinado de um termo de Acordo.

Em relação às greves na UFOP, novamente não encontramos materiais para fazer o estudo deste período.

3.6 As greves de 2003 a 2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito através de eleição direta por dois mandatos consecutivos. O primeiro foi de 2003 a 2007 e o segundo de 2008 a 2011. Para os sindicatos e trabalhadores em geral, o governo do então presidente era cheio de expectativas, pois Lula vinha de um partido político de origem operária e popular, além de ser ex-dirigente sindical. (OLIVEIRA, BRIDI, 2014).

Cassin (2016, p.3) aponta que “O governo Lula se iniciou com um intenso debate em torno de uma reforma sindical e trabalhista, mas o que se verificou ao final de seu segundo mandato foi um avanço na retirada de direitos dos trabalhadores”. Ainda de acordo com o autor, neste período o controle do Estado sobre os Sindicatos foi intensificado com repressões policiais, multas e ameaças, governando na perspectiva de inibição e colocando os trabalhadores contra os movimentos sociais.

Apoiado nas contribuições de Singer (2006), Cassin, (2016, p.5) enfatiza que Lula estabeleceu uma relação com os mais pobres, os quais foram beneficiados por um conjunto de políticas sociais de combate à pobreza, o que denomina como *lulismo*. Prossegue o autor:

Conforme Singer, o apoio por parte deste estrato social foi obtido graças à articulação de um tripé formado pelo Bolsa Família, pelo aumento do salário mínimo e pela expansão do crédito associada a uma diminuição dos preços da cesta básica. Esses fatores em conjunto resultaram em uma diminuição da pobreza a partir de 2004, quando a economia voltou a crescer e o emprego a aumentar.

No segundo mandato de Lula houve uma leve inflexão com “menos neoliberalismo e mais desenvolvimentismo”.

Nessa etapa, que durou até crise financeira internacional de 2008, houve maior valorização do salário mínimo, bem como uma flexibilização dos gastos públicos e redução dos juros, o que conferiu ao segundo mandato um ar menos conservador. Nessa conjuntura, foram gerados quase 40% a mais de postos de trabalho no segundo mandato em relação ao primeiro. O aumento das vagas de emprego formal aliado à valorização do salário mínimo e ao crédito consignado permitiu uma alteração no combate à pobreza, para além da transferência de renda (CASSIN, [2016?], p.5).

Cassin (2016, p.6) alicerçado na leitura de Marques e Mendes (2005) afirma que as políticas sociais compensatórias geraram uma nova base de apoio do Partido dos Trabalhadores (PT), “criando uma relação especial com os segmentos mais pobres da população, dando origem a um “novo populismo”. No entanto, “o “novo populismo” de Lula não só não pode se apoiar no movimento organizado, como está a serviço dos interesses do capital internacional, em especial do financeiro”.

Dentre as políticas sociais do Governo, o Programa Bolsa Família, reconhecido como “marca” dos Governos Lula, é considerado a peça chave na conquista da popularidade do PT durante os últimos anos. Os autores Paiva e Mattei salientam que a partir dos programas de transferência de renda, houve um apassivamento da classe trabalhadora.

O êxito das ações do Governo Lula na área social repercute no amortecimento do conflito social no Brasil, especialmente após a massificação dos programas de transferência de renda, processo este que, indiretamente, afeta e inibe o protesto das classes sociais subalternas (PAIVA e MATTEI, 2009, p. 185-86 *apud* CASSIN, 2016, p.9).

Oliveira, Bridi, & Marcos (2014) destacam também que a Reforma da Previdência aprovada no Governo Lula provocou o momento de maior tensionamento entre as entidades sindicais e o Governo. No âmbito educacional, já no primeiro ano de governo, algumas IFES e Institutos de Excelência de Educação e Saúde fizeram greve durante 59 dias, contra a PEC 40/03 – Reforma da Previdência. Obtiveram-se avanços na unidade e participação dos servidores públicos federais das três esferas de governo. O movimento também contou com o apoio dos trabalhadores do setor privado.

Na UFOP, de acordo com a Ata da Assembleia Geral dos Docentes, realizada aos 11 de junho de 2003 na Escola de Minas/Praça Tiradentes, a qual contou com a presença de 18 (dezoito) docentes, e a partir da principal pauta- análise de Indicativo de Greve, após ser apresentado o indicativo de greve do ANDES para a segunda quinzena de junho de 2003, o mesmo foi discutido, deliberado e aprovado por maioria (8 votos favoráveis, 5 votos

contrários e 1 abstenção). A Ata foi assinada pelo professor Fernando Abecê, Presidente da ADUFOP e pelo Secretário Joaquim Batista de Toledo.

No dia 22 de agosto de 2003 a ADUFOP publica um comunicado à comunidade ufopiana acerca da assembleia realizada no dia anterior (21/08/2003). No comunicado é noticiado que fora deliberado pelo encerramento da greve a partir da data que ocorreu a assembleia. A decisão foi tomada devido ao desgaste da greve dos docentes, no qual os mesmos consideraram não possuir forças suficientes para influir efetivamente, no resultado da votação em segundo turno na Câmara dos Deputados e/ou nas votações do Senado Federal, haja vista as votações já registradas, resultantes das manobras, fisiológicas, desencadeadas pela força do governo federal em suas intervenções junto ao parlamento. A votação dos presentes na Assembleia Geral indicou aprovação do encerramento da greve com dezenove votos favoráveis, quatorze votos contrários e uma abstenção.

No dia 29 de agosto de 2003 a ADUFOP publica aos docentes que em 27 de agosto foi aprovada na Câmara dos Deputados a Reforma da Previdência que atinge diretamente os servidores públicos, principalmente, os do executivo federal. No mesmo dia, o ANDES-Sn anuncia que depois de completar 52 dias de greve, em reunião ampliada do Comando foi decidido suspender a greve unificada dos servidores públicos federais com retorno ao trabalho no próximo dia 3 de setembro (Notícia, ANDES 29/07).

Em 2005, de acordo com a circular N° 127/14, 40 IFES, TAEs e estudantes fizeram uma grande greve durante 112 dias pela valorização do trabalho docente e em defesa da Universidade Pública, gratuita, autônoma, democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada, contra a mercantilização da educação e pelo aumento da dotação orçamentária para as IFES. O governo mesmo não atendendo todas as reivindicações, aumentou os recursos para melhorar os salários da categoria.

Na UFOP, a entidade representante dos docentes (ADUFOP), publica em 24 de outubro de 2005 um informativo de Greve, o qual faz uma recapitulação da greve na Universidade referida. O informativo afirma que a greve nacional dos docentes teve início em 30 de agosto de 2005, e que o ponto central da mesma foi a inexistência do reajuste salarial para os docentes no ano de 2005. Aliado a isto, também o fracasso do Grupo de Trabalho- MEC que tinha como tarefa avançar na questão da paridade entre ativos e aposentados e na isonomia entre as Gratificações de Estímulo à Docência (GED) e Gratificação Específica de Atividade Docente (GEAD), nas carreiras do magistério do ensino superior e fundamental. Com a greve em curso, e o reconhecimento tácito do MEC

da inexistência até então de reajuste salarial aos docentes, o MEC anunciou uma primeira proposta, e uma segunda reunião ficou agendada para 07 de outubro de 2005.

De acordo com o informativo de greve Adufop n° 14, em Ouro Preto os quatro sindicatos da educação federal – ADUFOP, ASSUFOP, SINDCEFET-OP e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – Seção Sindical do IFMG (SINASEFE-IFMG) – realizaram uma atividade de divulgação do movimento no dia 9/11, na Praça Tiradentes. A atividade esteve voltada para a informação ao público sobre as reivindicações das categorias e as dificuldades encontradas no processo de negociação, colocando em evidência que a situação de greve prolongada – com os inevitáveis prejuízos decorrentes à comunidade estudantil e à própria população ouropretana, deve-se à incompetência, impotência e arrogância do governo federal na resolução das demandas dos docentes e servidores técnico-administrativos.

Em 29 de novembro de 2005 a ADUFOP publica o Informativo de Greve n° 15 com afirmações da relevância da greve. Os docentes consideram que as reivindicações não teriam avançado se não houvesse deflagrado o movimento de Greve nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Além disso, apontam que neste quadro, a greve tem sido muito importante como instrumento de organização e luta da categoria e como o único caminho que tem sido capaz de obter conquistas na luta em defesa da universidade pública e da valorização do trabalho docente. “Se até aqui não conseguimos quebrar a lógica do governo, o governo também não conseguiu quebrar a unidade e a firmeza da categoria na defesa dos princípios que compõem nossa pauta de reivindicações” (ADUFOP, 2005).

O que avançamos após sete anos de governo FHC, o governo Lula está desmanchando em três anos. A proposta do governo, seguidamente rejeitada pela categoria, materializa com clareza a continuidade dessa política de desmonte da universidade e de desvalorização de trabalho docente, sob a lógica das políticas e reformas neoliberais encaminhadas pelos governos de plantão desde Collor de Mello e agora aprofundadas pelo governo Lula (ADUFOP, 2005, p.2).

Ainda baseado no Informativo de Greve N° 15, a ADUFOP exemplifica a análise que fizemos no capítulo I deste estudo, no qual enfatizamos de Mézaros, onde o autor enfatiza a educação libertadora, emancipadora, e não uma educação prioritariamente a favor do capital.

Tudo isso compõe um cenário de ofensiva brutal do capital sobre o trabalho, em que as privatizações dos recursos naturais, das empresas estatais e da infraestrutura da sociedade, as reformas neoliberais, a política econômica, as taxas de lucro

recordes de bancos e grandes empresas e a queda de 30% no poder aquisitivo dos trabalhadores nos últimos dez anos se apresentam como alguns dos mais nefastos resultados da aplicação das políticas neoliberais no Brasil (ADUFOP, 2005, p. 2).

Prossegue o informativo:

A força de nossa greve tem sido capaz de impor vários recuos ao governo: sem ela nada teríamos; sem ela não haveria qualquer proposta de reajuste e o governo certamente não teria destinado, primeiro R\$ 395 milhões, e mais tarde R\$500 milhões para o reajuste dos docentes; sem ela, não teríamos conquistado o anúncio pelo governo da reposição de vagas docentes em aberto por concurso público – único meio de fazer face à precarização crescente do trabalho docente, materializada na contratação massiva de professores substitutos – e tampouco teríamos sido capazes de diminuir a distância que ainda separa os aposentados pensionistas do pessoal da ativa sempre na perspectiva da sua total eliminação. Sem essa greve, como em todas as outras, não teríamos conseguido quaisquer conquistas em nossa luta em defesa da universidade pública e pela valorização do trabalho docente (ADUFOP, 2005, p.3).

Em 02 de dezembro de 2005 no Informativo de greve Adufop N°16, a entidade afirma que em uma síntese, na década de 1980 e início da década de 1990, do ponto de vista do trabalho, as lutas possibilitaram conquistas de direitos ou condições de trabalho que antes não existiam. No entanto, a partir daí, em função das Reformas do Estado, tem se dado o movimento inverso, isto é, a luta se dá contra a retirada desses direitos e pelo resgate das melhores condições (ADUFOP, 2005). Além disso, a entidade afirma também que o resultado da greve de 2005 definirá as perspectivas de remuneração e de condições de trabalho com as quais a categoria poderá contar, no mínimo, pelos próximos dois a três anos.

No dia 12 de dezembro de 2005 a ADUFOP publica um comunicado informando o encerramento da greve, deliberada sem votos contrários em Assembleia Geral dos Docentes da UFOP.

3.7 As greves de 2011 a 2018

Guilherme (2017) embasado nas leituras de Singer (2016) aponta que a Presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2010 entrou em conflito com frações de classes poderosas e resistentes, tencionando o pacto lulista. Dentre as medidas tomadas no seu governo, Guilherme (2017, p.8) destaca:

Redução da taxa de juros Selic e pressão pela diminuição dos spreads bancários, uso intensivo do BNDES, aposta na reindustrialização; desonerações, incremento

do Plano de Investimento em Logística, reforma do setor elétrico, desvalorização do real, controle de capitais e proteção ao produto nacional.

O autor ressalta também que a redução do desemprego mantida pelo governo Dilma “ameaçou” o empresariado, tendo em vista que o empresariado não tinha mais o controle em suas mãos, e sendo os empregos mantidos por meios públicos, a burguesia resolveu fazer uma “greve de investimentos”. Além disso, o pleno emprego potencializou os sindicatos e consequentemente aumentou o número de greves dos trabalhadores. Prossegue o autor:

Em resumo, Dilma contrariou uma quantidade grande de interesses rentistas, do empresariado nacional, de importadores, do sempre desconfiado agronegócio e da classe média. Cada setor sentia-se prejudicado de uma forma e aderiram ao engodo da narrativa antiintervencionista, de acusações de incompetência administrativa e política e, além é claro, das denúncias de corrupção (GUILHERME, 2017, p. 13).

Vale ressaltar também que “ao longo do governo, Dilma viveu em constante queda de braço com o PMDB e o sistema pemedebista”, sendo um fator agravante ao golpe sofrido pela presidenta (GUILHERME, 2017, p.13).

Logo nos primeiros dias de governo, há a divulgação de uma conversa em que o novo ministro Romero Jucá, então presidente do PMDB, diz a Sérgio Machado que “a solução mais fácil era botar o Michel” no lugar da Dilma num grande acordo “com o Supremo, com tudo”, “mudar o governo para poder estancar a sangria” das investigações da Lava Jato que já atingiam pemedebistas (GUILHERME, 2017, p.14).

(...) O próprio presidente Temer foi gravado em conversas espúrias e teve contra si o pedido de abertura de processo no STF, o que foi rejeitado pelo plenário da Câmara. Tudo sob o silêncio obsequioso de grande parte dos apoiadores do golpe (GUILHERME, 2017, p.15).

De acordo com o autor, após o golpe sofrido pela Presidenta em 2016, Michel Temer (eleito como vice-presidente da chapa) inicia suas ações demonstrando impopularidade seguida de desmanche da rede de proteção social constitucional, privatizações, entre outros. Além do mais, com apoio de sua ampla e fiel base de sustentação no Congresso, o novo governo conseguiu, com certa facilidade e velocidade, aprovar a polêmica PEC 55/2016 que congelou os investimentos constitucionais pelos próximos vinte anos, uma reforma trabalhista que sobrepôs o acordado sobre o legislado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), alterou via medida provisória a estrutura do ensino médio, promoveu uma série de cortes orçamentários e aumentou impostos. Tentou ainda avançar com uma reforma da Previdência.

Na esfera educacional, iniciou uma greve dos servidores técnicos administrativos da UFOP em 06 de junho de 2011, os quais reivindicavam pelo reajuste salarial, piso de três

salários mínimos e step de 5%, racionalização de cargos, reposicionamento de aposentados, incentivos de qualificação e vencimento básico complementar. Em 23 de setembro do mesmo ano, os servidores aprovam em Assembleia Geral, pelo fim da greve (UFOP, 2011).

Em 2012 acontece uma greve Nacional do governo Dilma, na qual 60 IFES fizeram greve durante 125 dias, dentre as pautas reivindicadas pelo movimento, destacamos: universidade pública e o trabalho docente, autonomia, financiamento e vagas docentes, democratização das instituições e das relações de trabalho, condições de trabalho, capacitação e seguridade, carreira única e política salarial.

De acordo com o Jornal Voz Ativa, em Assembleia Geral no dia 15 de maio de 2012, docentes da UFOP deflagraram greve. O Jornal afirma que em média 450 pessoas estavam presentes na Assembleia, dentre estudantes e professores.

Os eixos de reivindicação do movimento estão centrados em dois pontos: i) reestruturação da carreira docente tendo como referencial o projeto de carreira do ANDES-SN, carreira estruturada em 13 níveis remuneratórios, variação de 5% entre níveis a partir do piso para regime de 20h, elevação do valor remuneratório do piso atual, tendo como referência o salário mínimo do DIEESE, e percentuais de acréscimo relativos à titulação e ao regime de trabalho, uma linha só no contracheque; e (ii) pela valorização e melhoria das condições de trabalho docente na UFOP, tendo como referência Pauta Local de Reivindicação do movimento docente (ATIVA, 2012, S/P).

Posteriormente, em 2015, aconteceu a mais longa greve da história das IFE's. Os docentes exigiram melhores condições de trabalho, garantia de autonomia, reestruturação da carreira e reajuste salarial para ativos e aposentados, e receberam do governo intransigência e descaso (ANDES-SN, 2015).

Na UFOP, de acordo com a publicação do folheto Notícias ADUFOP N° 28, os Técnicos Administrativos da UFOP entraram em greve no dia 1° de junho de 2015. A deflagração da greve foi aprovada em assembleia geral do Sindicato ASSUFOP no dia 28 de maio. Os grevistas reivindicavam pela reposição de perdas e aprimoramento de carreiras; condições de trabalho e qualidade no serviço público; democratização das Instituições Federais de Ensino.

Logo em seguida, Assembleias Estudantis da UFOP também aprovam greve. De acordo com o informativo: Notícias ADUFOP N°30, o DCE convocou duas assembleias, nas quais ficou decidido paralisar as aulas a partir de 15 de junho, vale ressaltar que cerca de 1500 estudantes se manifestaram em uma dessas assembleias. O informativo coloca que a greve ocorre em resposta ao duro ataque aos direitos dos trabalhadores e em meio a uma forte e intensa disputa de projetos de sociedade e de educação no interior das IFE's.

Os docentes da UFOP aderiram a greve nacional em Assembleia Geral com 43 votos favoráveis e 33 contrários, no dia 17 de julho, e a lista de presença da Assembleia foi assinada por 111 docentes.

Em 24 de setembro, de acordo com publicação da ADUFOP, o ASSUFOP decide pelo término da greve, com 58 votos a favor, 44 contra e 02 abstenções. Na publicação, é afirmado que foi unânime a não aceitação da assinatura do acordo salarial de 5.5% em agosto de 2016, e mais 5% em 2017 (proposto pelo Comando Nacional de Greve) o que não atende sequer as mínimas perdas sofridas pela categoria ao longo dos anos. No entanto, a maioria dos presentes compreendeu que no momento não há a possibilidade de uma nova negociação. As reivindicações do movimento foram por um reajuste salarial de 27,3%, o fim dos cortes no orçamento da educação, abertura de concurso e extinção da terceirização no serviço público. A ADUFOP afirma que a categoria aderiu à greve tendo em vista que os cortes no orçamento tem dificultado as atividades rotineiras da universidade.

No ano seguinte (2016), aconteceu a greve-ocupação na UFOP, deflagrada em 11 de novembro, e aprovada por 149 votos favoráveis, 39 contrários e 04 abstenções. Os docentes exigiam: defesa do caráter público das universidades federais; Contra a mercantilização/privatização da educação; Contra a PEC 55/2016; Contra a MP 746 (Medida Provisória do Ensino Médio); Contra o projeto de Lei Escola Sem Partido; Contra a Reforma da Previdência; Contra a Reforma Trabalhista.

No decorrer da greve, a luta foi unificada entre os docentes, técnicos e estudantes. Durante o movimento, numa marcha a Brasília contra a aprovação da PEC 55/2016, a caravana organizada pela ADUFOP, ASSUFOP, SINASEFE-IFMG e DCE/UFOP levou nove ônibus lotados para a capital federal. Este ato foi considerado o maior ato popular de oposição de trabalhadores e estudantes ao governo federal desde a aprovação da Reforma da Presidência em 2003. A repressão contra o movimento foi instantânea, os policiais jogaram gás de pimenta nas pessoas e lançaram bombas do alto, para todas as direções da manifestação. Várias pessoas foram atingidas pelos estilhaços. Não houve registros de incidentes graves na delegação de Comando Unificado de Greve-Ocupação UFOP-IFMG.

De acordo com o comunicado 02 da Greve Ocupação da UFOP, ao eclodir a Ocupação Estudantil na UFOP, um novo âmbito tomou conta da maioria dos estudantes, técnicos, docentes e suas entidades representativas (ASSUFOP, DCE e ADUFOP). Fruto desta mobilização e da articulação entre as ocupações e as entidades, no dia 11 de novembro de 2016, a ADUFOP, DCE e ASSUFOP deflagraram greve por tempo indeterminado. A

Greve-Ocupação se deu Contra a PEC 55 – Contra a Medida Provisória do Ensino Médio-
Contra o Projeto Escola Sem Partido – rumo à greve geral. O Comunicado afirma que a
criação do COMANDO UNIFICADO é uma conquista histórica.

No dia 20 de dezembro de 2016, de acordo com a Ata da Assembleia Geral de Greve
da ADUFOP, os docentes aprovam a suspensão da greve-ocupação docente, aprovada pela
maioria dos docentes, com 01 voto contra e 02 abstenções.

Em 2017, de acordo com o Jornal Mais Minas, no dia 16 de novembro servidores
da UFOP aprovaram greve por tempo indeterminado. O jornal aponta que em assembleia
geral do Sindicato ASSUFOP ocorrida na manhã do dia 16 a grande maioria dos 259
trabalhadores técnico-administrativos presentes decidiu pela greve com início imediato e por
tempo indeterminado. Dessa forma, a UFOP se junta às 29 Instituições Federais de Ensino
cujos técnico-administrativos estão em greve. De acordo com o jornal, a greve aprovada é
em defesa dos serviços públicos; contra a reforma trabalhista; contra a reforma da
previdência; pela negociação salarial da categoria bem como pelo cumprimento do último
acordo de greve; contra os cortes no orçamento das universidades públicas; pela revogação
do Plano de Demissão Voluntária; em defesa da carreira dos TAEs; contra o PLS 116/17 –
que retira a estabilidade do serviço público e contra a MP 805/17 que aumenta a
contribuição previdenciária de 11% para 14% (MINAS, 2017).

Acerca das greves nacionais em 2017, não encontramos notícias sobre greves
continuadas, mas apenas sobre paralisações nacionais.

3.8 As greves de 2019

Com o lema *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*, Jair Messias Bolsonaro,
candidato da extrema direita à Presidência da República do Brasil e apoiado pela classe
dominante, obteve 39% dos votos dos eleitores brasileiros e foi eleito à Presidência da
República para os anos 2019 a 2022. “Bolsonaro é produto direto de um regime bonapartista
jurídico-militar a serviço do imperialismo que começou a se constituir com o golpe do
impeachment, em 2016”. Um governo autoritário e antipopular (ANDES-SN, 2019).

No Caderno de Textos do 64º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional⁹, ocorrido em Julho de 2019 no Distrito Federal, o governo Bolsonaro é analisado e considerado uma ameaça à existência dos brasileiros. Isso se justifica nas medidas tomadas pelo Presidente em menos de um ano de governo. Dentre os apontamentos do caderno citado acima, iremos citar alguns como: 1) os primeiros dias do governo ficaram marcados por diversos escândalos e indícios explícitos em crimes de corrupção. 2) Aprofundamento da contrarreforma agrária e inviabilização na demarcação de novas terras indígenas e quilombolas. 3) Liberação do uso de agrotóxicos. 4) Criou o Ministério da Economia e incorporou as pastas do trabalho, previdência, planejamento e orçamento, nomeando como ministro Paulo Guedes, representante do capital financeiro, que atua a partir de agenda ultraliberal. 5) Apresentou proposta de contrarreforma da previdência, que promove a desconstitucionalização da Previdência e modifica as regras da assistência social retirando direitos do(a)s trabalhadores(a)s mais pauperizado(a)s. 6) Procurou enfraquecer a atuação dos sindicatos, ferindo a autonomia e a liberdade sindical, alterou a forma de arrecadação da mensalidade sindical proibindo os descontos por consignação em folha e exigindo a autorização expressa e individual do(a) professor(a) para o desconto por boleto bancário (CONADE, 2019).

Além disso, as políticas adotadas pelo governo são alinhadas ao ataque dos direitos do (a)s trabalhadores (a)s em geral, articuladas com políticas ultraconservadoras, marcadas pelo machismo, racismo, LGBTT fobia e capacitismo defendidos pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O cenário econômico também não melhorou no país, com o crescimento do PIB em: 0,98% em 2017, 1,1% em 2018 e previsão, pelo Banco Central, de 1,6% para 2019 (ANDES-SN, 2019, p. 28)

Como já vimos no capítulo anterior, as entidades do movimento estudantil e dos docentes, se encontram em luta e mobilização contra os ataques deste governo. Ainda utilizando como base o já citado Caderno de Textos do 64º CONAD apontamos que “por meio de um discurso do enxugamento da máquina e da economia em nome da crise, o governo federal de extrema-direita optou por cortar diretamente verbas orçamentárias das políticas públicas sociais como a educação”. (ANDES-SN, CADERNO DE TEXTOS- 64º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional, 2019, p. 29)

Um governo de extrema-direita persecutório, que avança com severos ataques contra o ensino superior público. Isso fica evidenciado no despreparo dos ministros nomeados para o Ministério da Educação, a partir de diversas nomeações

⁹ Texto 1- Diretoria do ANDES/SN

e exonerações em cargos-chave que geram “balbúrdia” na gestão ministerial, demonstrando que não existe projeto para educação, e sim uma política de destruição do caráter público, democrático e crítico, expressa nos seguintes depoimentos dos gestores: “curso superior é para elite”; e que os IF abrigam “inimigos do Estado”; e/ou o “marxismo cultural” (ANDES-SN, CADERNO DE TEXTOS- 64º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional, 2019, p. 99, texto 13).

Desta forma, é evidente o quanto estas medidas favorecem ainda mais o fechamento das portas das universidades e institutos federais, no qual, os primeiros a serem impactados são os vendedores da força de trabalho que não possuem assalariamento suficiente para suprir suas necessidades de subsistência e subsidiar uma formação acadêmica privada. Os cortes sucessivos, as medidas de congelamento, os programas de privatização e mercantilização da educação fazem-nos pensar e questionar mais uma vez: “para quem” está destinada a educação brasileira?

Segundo a ANDIFES, a política imposta pelo governo prejudica um total de 1.336.977 estudantes, ameaça 389.100 vagas, 202.395 mestrando (a)s e doutorando (a)s e coloca em risco 5.118 cursos. Dessa forma, denuncia-se a destruição do sistema público universitário no Brasil, uma vez que pesquisas serão interrompidas, pesquisadores (a)s doutore (a)s passam a procurar outros centros e aquele (a)s que se encontram em condições de cumprirem os requisitos de aposentadoria iniciam seus processos para a inatividade (ANDES-SN, CADERNO DE TEXTOS- 64º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional, 2019, p. 100)

O Governo Federal apresentou também, dia 17 de julho de 2019 o programa Future-se, que coloca fim ao sentido e caráter público das universidades, institutos federais e CEFET. De acordo com o Andes-SN, com a adesão ao programa, a gestão das universidades passará a ser feita por Organizações Sociais, de caráter privado (ANDES-SN, 2019).

O Andes-SN também publicou uma cartilha, apontando 20 motivos para rejeitar o Future-se, dentre eles destacamos: construção do projeto de forma autoritária, desresponsabilização do estado em fornecer educação aos brasileiros, contratação de docentes sem concursos públicos, além de articulação a outros projetos de desmoralização e sucateamento das universidades, e dos entraves no processo de democratização do acesso ao ensino superior público, que ferem diretamente a autonomia das universidades e quebra o tripé da universidade pública brasileira (ANDES-SN, 2019).

O presidente citado possui um site que é utilizado, conforme suas palavras, para “esclarecer a opinião pública contra ações de alguns veículos de comunicação que insistem em distorcer as verdades dos fatos”. Além disso, afirma: “um novo rumo para o Brasil. Nossos valores, crenças e culturas não podem ser deturpados para que se atinjam

propósitos estranhos ao povo brasileiro. Somos um país que tem orgulho de nossas cores e não desejamos importar ideologias que destruam nossa identidade” (BOLSONARO, 2019). Diante dessas declarações, nota-se que nada declarado está em pleno desacordo com o desejo da sociedade brasileira, a qual sonha para além de novos valores, crenças e culturas, com um país sem desigualdades, pleno emprego, segurança, saúde, lazer, acesso à educação etc. No entanto, cabe-nos neste , apontar as divergências encontradas entre o ‘bonito e aceitável’ discurso do presidente que “comoveu e convenceu” a maior parte dos eleitores, de que seu “governo” seria a salvação para todos os problemas, principalmente os relacionados à corrupção. Apresentaremos adiante, algumas afirmações, propostas e ideias defendidas pelo Presidente, as quais colocam por terra, o discurso assinalado acima.

Fica evidente o conservadorismo que o Presidente representa, tanto em suas falas quanto em seu site. Nas páginas de Slide do programa de Governo de Jair Bolsonaro, o mesmo afirma melhorar a saúde e dar um salto de qualidade na educação com ênfase na infantil, básica e técnica, sem doutrinar (BOLSONARO, 2018). Melhorar a saúde e educação, garantidos na Constituição Federal de 1988 é uma proposta que contempla a todos, no entanto, “sem doutrinar” está se referindo às críticas que o Presidente faz ao ensino de sociologia e de filosofia, etc., que auxiliam na formação do pensamento e análise crítica da sociedade. Isso é reafirmado nas páginas seguintes quando enfatiza a importância de ser ter mais matemática, ciências e português, sem doutrinação e sexualização precoce. Para todos que acompanharam a campanha eleitoral de 2018 ficou evidente a preocupação do candidato que fora eleito, em denunciar a oposição em distribuir revistas que “induziam à sexualização”, visto isso, e embasado nas Fake News, a nação brasileira elegeu um candidato que representa fortemente todos os tipos de preconceito.

A preocupação em investir na educação para o Presidente é permeada por:

Desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada. Fomentar o empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa. Enfim, trazer mais ideias que mudaram países como Japão e Coréia do Sul (BOLSONARO, 2018, p. 46)

Prossegue:

As universidades, em todos os cursos, devem estimular e ensinar o empreendedorismo. O jovem precisa sair da faculdade pensando em como transformar o conhecimento obtido em enfermagem, engenharia, nutrição, odontologia, agronomia, etc, em produtos, negócios, riqueza e oportunidades. Deixar de ter uma visão passiva sobre seu futuro. (BOLSONARO, 2018, p. 49).

Embora já fizemos uma discussão-reflexão neste estudo sobre a inserção do empreendedorismo na educação, vale reforçar que “por trás” deste discurso estão os interesses de reproduzir o capital, obstruindo as possibilidades de estudos acerca da humanidade e do social.

Em virtude disso, as paralisações e greves em apenas um ano de governo têm sido intensas. No dia 22 de março de 2019 aconteceu o primeiro dia nacional de lutas e paralisações contra a Reforma da Previdência apresentada pelo Governo Bolsonaro. (ANDES-SN, 2019). Neste dia, trabalhadores da UFOP, do IFMG e representantes de movimentos sociais distribuíram jornais que denunciam as medidas criminosas da reforma da previdência proposta pelo governo federal para a população de Ouro Preto (ADUFOP, 2019).

No mês de maio, aconteceram duas grandes manifestações, a primeira no dia 15 e a outra no dia 30. Milhões de estudantes e professores foram às ruas do país, o que não foi diferente em muitas cidades médias e pequenas do interior do país, para além das capitais. A segunda Manifestação foi contra os cortes de orçamento na educação e contra a Reforma da Previdência, as quais ocorreram em mais de 200 cidades. O Dia Nacional de Lutas pela Educação foi convocado por diversas entidades sindicais, estudantis e movimentos sociais. Desta vez, a defesa da educação de qualidade extrapolou as fronteiras do país. Ato ocorreram na Espanha, Inglaterra, Portugal, Holanda, Suíça, Irlanda e Estados Unidos, segundo a UNE (ANDES-SN, 2019)

No dia 14 de Junho, trabalhadoras e trabalhadores, estudantes e docentes, ocuparam as ruas novamente contra a proposta de Reforma da Previdência e também em defesa das Universidades, Institutos Federais e Cefets. Segundo o presidente do ANDES-SN, Antônio Gonçalves, o objetivo da mobilização foi alcançado. “A greve geral teve essa característica: paralisar as atividades e isso foi feito Brasil afora. O ANDES-SN avalia como um dia bastante positivo, já que é o primeiro dia de greve geral desde 28 de abril de 2017”, apontou (ANDES-SN, 2019).

Nos dias 02 e 03 de outubro, a educação fez uma greve Nacional de 48 Horas, reivindicando contra os cortes de verbas para a educação, contra o projeto de contrarreforma da educação expresso no “FUTURE-SE” e na defesa intransigente da educação e da ciência públicas, gratuitas, laicas, de qualidade e socialmente referenciadas (ANDES-UFSC, 2019).

Durante este ano de 2019, a UFOP aderiu ao calendário de lutas. Aconteceram, por meio das entidades sindicais e do movimento estudantil: rodas de conversas, palestras,

eventos de mobilização, assembleias universitárias, assembleias gerais, atos, mesas com debates acerca da Universidade Pública, plenárias, aula pública, marchas, entre outros (ADUFOP, 2019).

Nestas condições, consideramos que a luta de classes dos trabalhadores, diante de suas capacidades de organização e unidade para defender os direitos, a democracia e a Nação, será o que determinará o desenlace da situação aberta com o resultado eleitoral. Nesse sentido encontram-se as lutas pela e no campo da educação superior pública em nível nacional e na UFOP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na elaboração deste estudo pudemos observar que a educação referida por Florestan Fernandes como fundamental ao ser humano, surge em nível superior no Brasil a partir da “importação” do modelo europeu, e devido à dependência dos países latino-americanos, surge também numa relação de dependência dos países de capitalismo central. Além disso, a mercantilização, privatização, elitização, e os interesses do Estado são também determinantes na democratização do ensino superior público.

No percurso deste trabalho de conclusão de curso em Serviço Social da UFOP, buscamos compreender o contexto da luta de classes na Educação Superior Pública Brasileira, tendo como ponto de partida as greves que ocorreram entre 1980 a 2019, em âmbito nacional e na UFOP. O breve estudo das principais características de cada governo deste período proporcionou uma compreensão da dimensão das greves em cada um deles, tendo em vista as prioridades do governo, assim como o tratamento dispensado aos movimentos sociais e entidades sindicais. Para os estudos documentais, as entidades organizativas ASSUFOP, ADUFOP, DCE, CA, APG contribuíram, umas mais fortemente que outras, com o fornecimento de informações e documentos acerca da história e contextos de lutas. Assim, destacamos que, analisar as atas das entidades da UFOP entre os anos de 1980 a 2019, um dos objetivos deste estudo, foi parcialmente impossibilitado devido à perda de alguns materiais ao longo dos anos. No entanto, compreendemos que foi possível fazer uma pesquisa satisfatória com as documentações mais recentes, as quais foram apresentadas e refletidas no corpo deste estudo. Por fim, destacamos que em nosso entender, conseguimos alcançar os objetivos propostos quando da construção do projeto de pesquisa, mas destacamos que apesar disso, este trabalho/pesquisa não se encerra aqui, pois as ofensivas sobre a educação superior pública são cotidianamente reafirmadas e cada vez mais agravadas e diante disso: a luta continua!

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADUFOP. Informativo de Greve - ADUFOP, 2005. Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/u/0/#search/greves+2003/FMfcgxwDrvDbkSBfnXhrtTXNZnXcNHXt?projector=1&messagePartId=0.30>>. Acesso em: 06 novembro 2019.

ADUFOP. ADUFOP. **FACEBOOK**, 30 Setembro 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/adufop/photos/a.1742266999369873/1742267762703130/?type=3&theater>>.

ADUFOP. Manifesto de Apresentação da Chapa: "Adufop de classe e luta". **ADUFOP Notícias**, Ouro Preto, 2018. Acesso em: 13 Novembro 2019.

ADUFOP. EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E DEMOCRÁTICA. **ADUFOP-Associação dos Docentes da UFOP- Seção Sindical**, Outubro 2019. Disponível em: <<https://www.adufop.org.br/>>.

ADUFOP. Frente UFOP - IFMG organiza Dia Nacional de Luta em Defesa da Previdência em Ouro Preto e em Mariana. **ADUFOP**, Março 2019. Disponível em: <<https://www.adufop.org.br/post/frente-ufop-ifmg-organiza-dia-nacional-de-luta-em-defesa-da-previd%C3%Aancia-em-ouro-preto-e-em-mariana>>. Acesso em: 28 Outubro 2019.

ADUFOP. Regimento. **ADUFOP**, 24 Setembro 2019. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/131d4d_71bded6682c2493f91d5b9e8ee097c84.pdf>.

ADUFOP. Sobre. **ADUFOP**, 24 Setembro 2019. Disponível em: <<https://www.adufop.org.br/sobre>>.

ALBUQUERQUE FÁVERO, M. D. L. D. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, p. 17-36, 2006. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1550/155013353003.pdf>>. Acesso em: 01 Outubro 2019.

ALMEIDA, M.P. **REFORMAS NEOLIBERAIS NO BRASIL: A privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Universidade Federal do Fluminense. Niterói, 427 p, 2010.

AMORIM, P. A. D.; SANTOS, J. D. G. D.; NOVAES, M. A. B. D. Ensino superior brasileiro: notas sobre a origem e a expansão. **Universidade e Sociedade**, Brasília, p. 192, Janeiro 2018.

ANDES-SN. Greve dos docentes federais em 2015 é a mais longa da história das IFE. **ANDES-SN**, 2015. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7778>>. Acesso em: 06 Novembro 2019.

ANDES-SN. 22 de março: Dia Nacional de Lutas contra a Reforma da Previdência. **ANDES-SN**, Março 2019. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/22->

de-marco-dia-nacional-de-lutas-contra-a-reforma-da-previdencia1>. Acesso em: 28 Outubro 2019.

ANDES-SN. 30M: manifestações tomam o Brasil. **ANDES-SN**, 13 Junho 2019. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/30M-manifestacoes-tomam-o-brasil1>>. Acesso em: Outubro28 2019.

ANDES-SN. ANEXO AO CADERNO DE TEXTOS-38º CONGRESSO do ANDES-SN, 02 Fevereiro 2019. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-1498585066.pdf>>. Acesso em: 28 Outubro 2019.

ANDES-SN. CADERNO DE TEXTOS- 64º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional. **ANDES-SN**, 14 Julho 2019. Disponível em: <<http://www.adua.org.br/controlsites/publicacoes/img/20190610120233Anexo-Circ223-19.pdf>>. Acesso em: 28 Outubro 2019.

ANDES-SN. CNPq suspende oferta de bolsas por falta de recursos. **ANDES-SN**, 22 Agosto 2019. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/cNPq-suspende-oferta-de-bolsas-por-falta-de-recursos1>>. Acesso em: 07 Outubro 2019.

ANDES-SN. FATURE-SE -FUTURE-SE é a FATURA da Educação Pública. **ANDES-SN**, 2019. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/diretorios/files/Arquivos/FOLDER%20-%20CONTRA%20%20FUTURESE.pdf>>. Acesso em: 28 Outubro 2019.

ANDES-SN. GREVE GERAL – Brasil unido contra a Reforma da Previdência. **ANDES-SN**, 15 Junho 2019. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/gREVE-gERAL-brasil-unido-contra-a-reforma-da-previdencia1>>. Acesso em: 28 Outubro 2019.

ANDES-SN. História. **Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior**, 2019. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/sites/historia>>. Acesso em: 22 Setembro 2019.

ANDES-SN. Programa Future-se representa a extinção da Educação Federal Pública. **ANDES-SN**, 28 Outubro 2019. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/entidades-do-setor-da-educacao-programa-future-se-representa-a-extincao-da-educacao-federal-publica1>>. Acesso em: 28 Outubro 2019.

ANDES-UFSC. Greve de 48h nos dias 2 e 3 de outubro de 2019. **ANDES-UFSC**, 30 Setembro 2019. Disponível em: <<http://andes-ufsc.org.br/greve-de-48h-nos-dia-02-e-03-de-outubro-de-2019/>>. Acesso em: 28 Outubro 2019.

ANPG. Apresentação e História. **ANPG**, 25 Setembro 2019. Disponível em: <<http://www.anpg.org.br/historia/>>.

ANTUNES, R. Sindicatos, Lutas Sociais e Sindicalismo no Brasil recente: entre a ruptura e a conciliação. Disponível em: <<https://www.luminpdf.com/viewer/5cf270b97ba93440bdd6405d>>.

ASSUFOP. ASSUFOP. **FACEBOOK**, 31 Maio 2019. Disponível em: <<https://www.facebook.com/assufop/photos/a.2422912234606061/2422912864605998/?type=3&theater>>. Acesso em: 15 Outubro 2019.

ASSUFOP. Sindicato ASSUFOP tem nova Diretoria e Conselho Fiscal para o biênio 2019-21. **ASSUFOP- Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFOP**, 23 Agosto 2019. Disponível em: <<http://assufop.com.br/2019/08/26/sindicato-assufop-tem-nova-diretoria-e-conselho-fiscal-para-o-bienio-2019-21/>>. Acesso em: 16 Outubro 2019.

ASSUFOP. Sobre, 01 Outubro 2019. Disponível em: <<http://assufop.com.br/sobre-2/>>.

ATIVA, J. V. Votação histórica deflagra greve, a partir de 17 de maio, dos Docentes da UFOP-Universidade Federal de Ouro Preto-MG. **VOZ ATIVA**, 2012. Disponível em: <<https://jornalvozaativa.com/politica/votacao-historica-deflagra-greve-a-partir-de-17-de-maio-dos-docentes-da-ufop-universidade-federal-de-ouro-preto-mg/>>. Acesso em: 14 novembro 2019.

BAMBIRRA, Vania. **A Teoria Marxista da Transição e a Prática Socialista**. 1993. Disponível em: <[file:///C:/Users/Lidin%C3%AAs/Downloads/V%C3%A2nia%20Bambirra%20-%20A%20teoria%20marxista%20da%20transi%C3%A7%C3%A3o%20e%20a%20pr%C3%A1tica%20socialista%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Lidin%C3%AAs/Downloads/V%C3%A2nia%20Bambirra%20-%20A%20teoria%20marxista%20da%20transi%C3%A7%C3%A3o%20e%20a%20pr%C3%A1tica%20socialista%20(1).pdf)>. Acesso em: 19 maio 2019.

BOLSONARO. O CAMINHO DA PROSPERIDADE-Proposta de Plano de Governo. **Proposta de Plano de Governo, Bolsonaro 2018**, - 2018. Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf>.

BOLSONARO, J. Um novo rumo para o Brasil. **Brasil acima de tudo, Deus acima de Todos**, 2019. Disponível em: <<https://www.bolsonaro.com.br/>>. Acesso em: 28 Outubro 2019.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. **CAPÍTULO II DOS DIREITOS SOCIAIS. Capítulo II- Dos Direitos Sociais**, Brasília, 1988.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. **Capítulo II- Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I da Educação**. Brasília [s.p], 1988.

BRASILEIRO, G. Biografia- Fernando Henrique Cardoso. **Biblioteca Presidência da República**, 2019. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/biografia>>. Acesso em: 06 Novembro 2019.

BRASILEIRO, G. Biografia- Itamar Franco. **Biblioteca Presidência da República**, 2019. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/itamar-franco/biografia>>. Acesso em: 06 Novembro 2019.

BRASILEIRO, G. Biografia- João Baptista Figueiredo. **Biblioteca PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**, 2019. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/biografia>>. Acesso em: 05 Novembro 2019.

BRASÍLIA. **Extrato da Ata da Plenária do Tema IV- Questões Organizativas e Financeiras do XII Congresso da ANDES-SN.** [S.l.]: [s.n.], 1993. p. 1.

CASSIN, M. P. D. S. AS POLÍTICAS SOCIAIS NOS GOVERNOS DO PT E A CONSOLIDAÇÃO. **80 ANOS DE SERVIÇO SOCIAL TENDÊNCIAS E DESAFIOS- 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**, [2016?]. Disponível em: <<https://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/51/514a6740-1dd0-41f4-816c-dab246355b89.pdf>>. Acesso em: 23 Outubro 2019.

CONAD, 6. 64º CONAD do ANDES-SN, 2019. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/diretorios/files/Caderno%20de%20Textos%20-%2064%c2%ba%20CONAD.pdf>>. Acesso em: 14 novembro 2019.

COSTA, F. J. F.; LIMA, K. R. R. A privatizaçãoda educação superior brasileirae as novas/velhas teses do Banco Mundial. **Universidade e Sociedade**, p. 192, 2018.

COUTINHO, A. F.; NASCIMENTO, R. D. C. G. Reflexões sobre a educação e formação humana: o PRONERA e a educação em assentamentos e áreas quilombolas- para além do capital. **Universidade e Sociedade**, Brasília, p. 136, Junho 2018.

DCE. **Revista DCE UFOP EM MOVIMENTO**, Outubro 2019. Disponível em: <https://issuu.com/dceufop/docs/dce_ufop?fbclid=IwAR1T1rCwKqTCvWgNNyVz3YW-167vzHFTzGThmMKBzziMjmGw_zibw2y7n8Y>

DOCENTES, A. D. **Ata da Primeira Reunião do Movimento Pro Associação de Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto.** Ouro Preto: [s.n.], 1982. p. 5.

EDUCAÇÃO, M. D. Reuni. **Ministério da Educação**, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/reuni-sp-93318841>>.

ENTRE Lutas e Conquistas. Direção: César Diab; Thiago Caldeira e Felipe Martins. [S.l.]: [s.n.], 2018.

FATO, B. D. 58 milhões de eleitores votaram em Bolsonaro, 89 milhões, não. **Brasil de Fato UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO**, 29 Outubro 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/10/29/58-milhoes-votaram-em-bolsonaro-89-milhoes-nao-brasil-quebra-recorde-de-votos-nulos/>>. Acesso em: 21 Outubro 2019.

FAUCHER, P. Restaurando a Governabilidade: O Brasil (afinal) se Acertou?*. **SciELO**, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000100001>. Acesso em: 27 Outubro 2019.

FEDERAÇÃO, P. Notícias Proifes- ANDES: apego à justiça, desrespeito à verdade e irresponsabilidade histórica. **PROIFES Federação**, 26 Abril 2018. Disponível em:

<<http://www.proifes.org.br/noticias-proifes/andes-apego-a-justica-desrespeito-a-verdade-e-irresponsabilidade-historica/>>. Acesso em: 23 Setembro 2019.

FEDERAL, G. Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. **Portal da Transparência-Controladoria Geral da União**, 2019. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/orgaos/26277-universidade-federal-de-ouro-preto>>. Acesso em: 13 Novembro 2019.

FERNANDES, Florestan. **UNIVERSIDADE BRASILEIRA: Reforma ou revolução?**. 2. ed. São Paulo: Alfa-omega, 1979. 272 p.

FREIRE, S. D. M. Movimento Estudantil no Brasil: lutas passadas, desafios presentes. **Revista Universidade e Sociedade** n° 11, p. 131-143, Setembro 2008. Disponível em: <[file:///C:/Users/Lidin%C3%AAs/Downloads/Dialnet-MovimentoEstudantilNoBrasil-2907427%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Lidin%C3%AAs/Downloads/Dialnet-MovimentoEstudantilNoBrasil-2907427%20(1).pdf)>. Acesso em: 19 Setembro 2019.

G1. Após 5 meses, universidades federais encerram greve a partir desta terça. **G1.com**, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/10/apos-5-meses-universidades-federais-encerram-greve-partir-desta-terca.html>>. Acesso em: 06 novembro 2019.

GLOBO, O. "Falta o Parlamento fazer sua parte", diz Bolsonaro sobre ameaça de greve dos caminhoneiros. **O GLOBO**, 17 Julho 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/falta-parlamento-fazer-sua-parte-diz-bolsonaro-sobre-ameaca-de-greve-dos-caminhoneiros-23819515>>. Acesso em: 15 Outubro 2019.

GUILHERME, C. A. Artigo- DE DILMA A TEMER: da crise do lulismo ao golpe do pemedebismo. **XXIX Simpósio Nacional de História**, 2017. Disponível em: <http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502040383_ARQUIVO_ArtigoCompleto-Anpuh2017-deDilmaaTemer.pdf>. Acesso em: 24 Outubro 2019.

GUILHERME, C. A. O GOVERNO JOSÉ SARNEY (1985-1990): TRANSIÇÃO SEM RUPTURA. **Revista Confronteiras**, Abril 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/Lidin%C3%AAs/Downloads/33-59-1-SM.pdf>>. Acesso em: 15 Outubro 2019.

JR., A. B.; GALVÃO, A. **Política e classes sociais**, 2012. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/48054546/A_transicao_para_o_neoliberalismo_e_a_crise_do_governo_Collor.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DA_transicao_para_o_neoliberalismo_e_a_cr.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X->. Acesso em: 26 Outubro 2019.

JUNIOR, A. D. J. R.; ANDRADE, Z. M. D. Da Empregabilidade ao empreendedorismo: a realidade das universidades públicas. **Universidade e Sociedade**, Revista n° 61. Brasília, p. 192, Janeiro 2018.

LEHER, R. Ideias, valores e princípios para afirmar o futuro da universidade pública latino americana. **Revista del IICE** /44, Julho-Dezembro 2018. Disponível em: <<file:///C:/Users/Lidin%C3%AAs/Desktop/Servi%C3%A7o%20Social%20%20%20%20%20>>

08%C2%B0%20Per%C3%ADodo/TCC/Bibliografias%20a%20ser%20lidas/Roberto%20Leher%20-%20universidade%20Publica%20-%20inserrei%C3%A7%C3%B5%20estudiantil%20C%C3%B3rdoba%202019.pdf>. Acesso em: 19 Setembro 2019.

LIMA, K. Desafio educacional brasileiro e ofensiva ultraconservadora do capital. **Universidade e Sociedade**, Brasília, 2019.

MACHADO, O.L. **Entidades Estudantis de Ouro Preto: trajetórias e importância**, Frutal, 2014.

MAFFEI, H. S.; GENRO, M. E. H. Universidade S/A: as inspirações da Reforma de Córdoba como contraponto ao neoliberalismo. **Universidade e Sociedade**, p. 124, 2019.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. 1973. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf>. Acesso em: 19 maio 2019.

MARQUES, R. M.; MENDES, Á. O governo Lula e a contra-reforma previdenciária. **SciELO**, Julho/Setembro 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000300002>. Acesso em: 23 Outubro 2019.

MATOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. S. Paulo: Expressão Popular. 2009.

MINAS, M. Servidores da UFOP Aprovam Greve Por Tempo Indeterminado. **Jornal Mais Minas**, 2017. Disponível em: <<https://maisminas.org/servidores-aprovam-greve/>>

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, R. V. D.; BRIDI, M. A.; , M. F. (.). **O SINDICALISMO NA ERA LULA: Paradoxos, perspectivas e olhares**. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. Organizadores.

OSORIO, J. **Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica**. São Paulo: Boitempo, 2012.

Ouro Preto. Conselho Universitário da Universidade Federal de Ouro Preto. **ESTATUTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**. 1997. Disponível em: <<https://ufop.br/sites/default/files/estatuto.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

OURO PRETO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **A UFOP**. Disponível em: <<https://ufop.br/historia-da-ufop>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

PROIFES. Histórico. **PROIFES**, 2019. Disponível em: <<http://www.proifes.org.br/historico>>. Acesso em: 23 SETEMBRO 2019.

PSTU. ANEL: uma entidade livre para o movimento estudantil fazer história. **PSTU**, 28 Fevereiro 2014. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/anel-uma-entidade-livre-para-o-movimento-estudantil-fazer-historia/>>.

REINHOLZ, F.; FERREIRA, M.; MARKO, K. Especial 40 anos da Lei da Anistia. **Brasil de Fato- Uma visão popular do Brasil e do mundo**, 04 Setembro 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/09/04/especial-40-anos-da-lei-da-anistia/>>. Acesso em: 26 Outubro 2019.

SANTOS, L. F. D. S. Greve e Radicalização. **Universidade e Sociedade** , **Revista n° 51**. Março 2013. 144.

SEDUFMS. Histórico de Greve. **SEDUFMS- Seção Sindical dos Docentes da UFSM**, 2019. Disponível em: <<http://www.sedufsm.org.br/index.php?secao=greve#1980>>. Acesso em: 05 Novembro 2019.

SILVA, S. P. D. As políticas econômicas brasileiras e os desmontes das universidades públicas. **Universidade e Sociedade**, Brasília, p. 192, janeiro 2018.

SINDCEFET-MG. INFOGRÁFICOS EXPLICAM HISTÓRICO E GANHOS DAS GREVES DESDE 1980. **SINDCEFET-MG**, 2 Junho 2015. Disponível em: <<http://sindcefetmg.org.br/infograficos-explicam-historico-e-ganhos-das-greves-desde-1980/#>>. Acesso em: 15 Outubro 2019.

SINDOIF. Presidente volta a atacar estudantes e docentes. **Seção Sindical do ANDES-SN no IFRS**, 19 Maio 2019. Disponível em: <<https://www.andes.sindoif.org.br/2019/05/19/presidente-volta-a-atacar-estudantes-e-docentes/>>. Acesso em: 07 Outubro 2019.

SOLANO, G. A Reforma Universitária de 1918. **Universidade e Sociedade**, p. 124, 2019.

SOUZA, M. M. D.; MARTINS, M. M. A greve de 2011 da Universidade Federal de Rondônia: balanços e perspectivas. **Universidade e Sociedade 51**, Brasília, Março 2013. 144.

SOUZA, N. N. D.; GODINHO, R. A autonomia da universidade pública em debate, a soberania latino-americana em questão; a atualidade da Reforma de Córdoba na universidade brasileira. **Universidade e Sociedade**, p. 124, 2019.

UFMG, I.-. DIRETÓRIOS ACADÊMICOS. **ICEX- UFMG**, 2019. Disponível em: <<https://www.icex.ufmg.br/index.php/academico/diretorios-academicos>>. Acesso em: 13 Novembro 2019.

UFOP. Nota sobre greve dos servidores técnico-administrativos da UFOP. **UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**, 2011. Disponível em: <<https://ufop.br/noticias/nota-sobre-greve-dos-servidores-tnico-administrativos-da-ufop>>. Acesso em: 14 novembro 2019.

UFOP. Ufop em números. **Universidade Federal de Ouro Preto**, 02 Outubro 2019. Disponível em: <<https://ufop.br/ufop-em-numeros>>.

UFOP, U. F. D. O. P.-. Notícias- Comissão pró-APG/UFOP convoca pós-graduandos para reunião dia 15. **Universidade Federal de Ouro Preto**, 11 Maio 2012. Disponível em: <<https://ufop.br/noticias/comisso-pr-apgufop-convoca-ps-graduandos-para-reunio-dia-15>>.

UNE. A UNE. **UNE**, 23 Setembro 2019. Disponível em: <<https://une.org.br/a-une/>>.

VÍDEO INSTITUCIONAL PROIFES- FEDERAÇÃO. **PROIFES Federação**, 2019. Disponível em: <<https://referenciabibliografica.net/a/pt-br/ref/abnt>>. Acesso em: 13 Outubro 2019.